

**RELIGIOSIDADE E PSICOTERAPIA: UM ESTUDO SOBRE
ESTAGIÁRIOS DE PSICOLOGIA CLÍNICA**

BÁRBARA CRISTINA DA SILVA LÔBO

**BRASÍLIA – DF
2014**

RELIGIOSIDADE E PSICOTERAPIA: UM ESTUDO SOBRE ESTAGIÁRIOS DE PSICOLOGIA CLÍNICA

BÁRBARA CRISTINA DA SILVA LÔBO

Monografia apresentada à Faculdade de Psicologia do Centro Universitário de Brasília–UniCEUB como requisito parcial à conclusão do curso de Bacharelado em Psicologia.

**BRASÍLIA – DF
2014**

Folha de avaliação

Autor: Bárbara Cristina da Silva Lôbo

Título: Religiosidade e Psicoterapia: Um estudo sobre estagiários de psicologia clínica

Banca Examinadora

Professor-Orientador: Dr. José Bizerril

Professor Dr. Maurício Neubern

Professora Dra. Valéria Deusdará Mori

**BRASÍLIA – DF
2014**

À minha família, professores e amigos
Pelo apoio durante toda a graduação
E a Anderson Leandro Gomes
Por não deixar de acreditar em mim

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me dado saúde e força para superar todas as dificuldades impostas.

A esta Instituição, pelo ambiente criativo, ético e confortável que proporciona.

Ao meu professor-orientador, José Bizerril, pela paciência, apoio, dedicação e confiança.

À minha família, principalmente aos meus pais, Bárbara e Juramis, pelo apoio, incentivo e amor que me deram ao longo do curso.

Ao meu namorado, Anderson, por ter acreditado em mim quando nem eu mesma acreditava.

Aos meus amigos, Bárbara, Camila, Karlos, Elis e Fabiana, que não me deixaram desanimar.

A todos aqueles, que direta ou indiretamente, fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigada.

"Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender e, se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar."

-Nelson Mandela

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo analisar o impacto da religião do paciente sobre a atuação de seu psicoterapeuta. A intenção era compreender qual a percepção do profissional de psicologia sobre temáticas religiosas, observando como se dá a sua escuta ao paciente religioso e buscando entender como se desenvolve o processo psicoterápico quando o paciente traz para o consultório questões relacionadas a sua religião. O trabalho está dividido em três capítulos. No capítulo primeiro, correspondente a fundamentação teórica, são apresentadas algumas das religiões mais comuns no Brasil, perspectivas sobre a religião e a experiência religiosa, diferenciação entre religiosidade e espiritualidade e procura-se relacionar religiosidade a prática clínica comentando sobre as formas de atuação em psicoterapia, inclusive seus diversos campos. O problema do sofrimento e a importância de se levar em conta a subjetividade do sujeito e toda a complexidade do processo são assuntos também abordados. No segundo capítulo, da metodologia, privilegia-se a Epistemologia Qualitativa de Fernando González Rey, qual tem foco na relação entre pesquisador e pesquisado e compreende a pesquisa como processo construtivo-interpretativo. Por meio do complemento de frases e da dinâmica conversacional, foram pesquisados dois estagiários de psicologia clínica que atendem pacientes religiosos no CENFOR-Psicologia. O terceiro capítulo foi dedicado a construir a informação resultante da experiência de pesquisa. Dentre tudo o que os estagiários indicaram sobre seus atendimentos, o que mais teve destaque em suas falas foi o acolhimento e a escuta que fornecem ao paciente que traz relatos relacionados a sua religião, sem procurar julgá-lo ou impor o que é certo ou errado, mas apenas fazê-lo refletir ao se deparar com demandas que lhe tragam sofrimento, buscando fazer com que este procure novas alternativas para suas questões. Porém, no geral, as formas de atuação dos estagiários se dão utilizando-se de técnicas clássicas de psicologia e baseando-se em princípios mais específicos aplicados aos respectivos campos psicoterápicos, o que se aplicaria a qualquer outra situação. Na conclusão, reflete-se sobre a necessidade de abordar a questão religiosa no nosso país como parte da realidade social com a qual lidarão os futuros profissionais de psicologia. Ainda que o conhecimento oferecido na formação pareça ser suficiente para que os estagiários cumpram sua tarefa como psicoterapeutas, os resultados desta pesquisa sugerem a necessidade de atentar para a importância da sensibilidade cultural na prática psicoterápica.

Palavras-Chave: Religiosidade, psicoterapia, estagiários, psicologia.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO UM – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	11
1.1 A religiosidade brasileira.....	11
1.2 Religião e Experiência Religiosa	11
1.3 Espiritualidade X Religiosidade.....	15
1.4 O problema do sofrimento	16
1.5 Perspectiva Religiosa	17
1.6 Psicologia e Religião	17
1.7 Psicoterapia	22
1.8 Complexidade	27
1.9 Subjetividade	29
CAPÍTULO DOIS – METODOLOGIA	31
2.1 Epistemologia Qualitativa	31
2.2 Dinâmica conversacional	33
2.3 Complemento de frases.....	34
2.4 Observação	35
2.5 Análise de prontuários	35
2.6 Contexto	36
2.7 Participantes	36
2.8 Procedimentos.....	37
CAPÍTULO TRÊS – CONSTRUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DA INFORMAÇÃO	38
3.1 O processo de construção da informação	38
3.2 Construindo a informação.....	41
3.2.1 O atendimento a pacientes religiosos: Como procedem, desafios e limitações	43
3.2.2 A religião dos estagiários de psicologia clínica	55
3.2.3 A religião dos pacientes.	58
CONCLUSÃO	60
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	62
ANEXOS	66
Anexo 1.....	66
Anexo 2.....	69

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema a religiosidade e a psicoterapia e trata de um estudo com estagiários de psicologia que atendem pacientes religiosos. Sabe-se que a religiosidade é parte constituinte da subjetividade dos sujeitos e por isso não pode ser deixada de lado dentro dos consultórios de psicologia. A frase a seguir procura ilustrar a importância da religião na vida dos sujeitos, o que estes procuram e encontram nela.

É um atributo da sociedade, e ousaria dizer, da natureza humana, se é que tal entidade existe, encontrar consolo e refúgio na religião. O medo da morte, a dor da vida, precisam de Deus e da fé n'Ele, sejam quais forem suas manifestações, para que as pessoas sigam vivendo. De fato, fora de nós Deus tornar-se-ia um desabrigado (CASTELLS, 1999, p. 29).

A afirmação acima é particularmente pertinente no caso de nosso país. E inspira a reflexão abaixo, acerca das religiosidades brasileiras e das principais religiões presentes no Brasil. Os conceitos de religiosidade e espiritualidade serão apresentados em um tópico posterior.

Sabe-se que o Brasil é um país de maioria religiosa. Segundo o censo demográfico realizado em 2010, pelo IBGE, 64,63% da população brasileira declara-se católica, 22,16% declara-se evangélica, 8,04% afirmam-se sem religião, 2,02% é formada por espíritas e 0,77% são declarados como seguidores de outras religiosidades cristãs. Estes dados podem ser transpostos para o contexto da clínica em psicologia, em que muitos pacientes podem formular suas questões, no contexto da psicoterapia, fazendo uso de referências da cosmovisão da religião que professam.

Em psicoterapia o encontro entre psicoterapeuta e paciente é muito amplo, implicando as subjetividades de ambos. Neste contexto, é importante que os conteúdos de ordem religiosa sejam levados em consideração no processo, pois o paciente busca na psicologia alento para seus questionamentos, espera que suas dificuldades, relações e projetos sejam pensados a partir de referenciais vindos de sua religião, visto que esta pode ocupar um espaço significativo em sua vida.

O presente trabalho parte desse pressuposto, a religiosidade e espiritualidade do brasileiro que se reflete no sujeito atendido em psicoterapia. Lembrando que os conceitos de religiosidade e espiritualidade serão explorados em um tópico posterior. Aqui o objetivo é analisar o impacto da religiosidade do paciente sobre a atuação de seu psicoterapeuta, buscando entender como se configura a percepção do futuro profissional de psicologia, como se dá a escuta e como segue o processo psicoterápico quando o paciente expressa suas experiências e dilemas existenciais nos termos e segundo os valores de sua religião.

Acredita-se que esta busca da psicologia em compreender o sentido da religião na vida das pessoas seja de suma importância, pois ajuda a quebrar preconceitos por parte dos psicólogos e possibilita que estes façam reflexões futuras sobre o tema. Faz-se importante um diálogo entre psicologia e religião, tendo em vista que o sujeito atendido na clínica pode ter suas crenças em algo superior e/ou participar de uma religião institucionalizada. No entanto, falar de religião ainda é uma questão muito polêmica em nossa sociedade e em uma série de profissões, devido ao número de religiões existentes e suas diferentes práticas, que muitas vezes são opostas.

A própria história da psicologia é marcada por uma avaliação ambivalente e até negativa do tema da religião, associado à psicopatologia e considerado um obstáculo à emancipação do sujeito. Bizerril (2009) ressalta esse tema, procurando mostrar que desde o século XVIII as experiências do sagrado são vistas como ilusórias e patológicas. O autor nos dá exemplos das culturas não-ocidentais, que têm critérios tradicionais próprios para diferenciar aquelas experiências que são da ordem da doença e outras que são da ordem da experiência do sagrado. O autor problematiza os manuais DSM-IV e CID-10 e destaca os critérios utilizados para diagnosticar a psicose, como delírios e alucinações, estes podendo ser aplicados de forma equivocada por profissionais de psicologia e psiquiatria, pois poderia se tratar de manifestações de experiências do sagrado. Esses aspectos podem ser evidenciados por Bizerril e Barbosa (2006), em que é apresentado o caso de Messias, de 45 anos. Em seu artigo, os autores procuram mostrar que os manuais que temos são, na maioria das vezes, insuficientes como sistema de classificação em um contexto de intensa diversidade religiosa e que, além disso, fenômenos extraordinários da ordem do religioso são da ordem da normalidade e não deveriam ser classificados como psicopatologia.

Pensando nesses aspectos, as falas com conteúdo religioso que aparecem no contexto clínico podem acabar ignoradas ou censuradas pelo psicoterapeuta, podendo ser vistas como sintoma de uma doença ou expressão de ignorância, falta de liberdade ou irracionalidade do paciente. Esta situação se configura como muito delicada e precisa ser mudada.

Partindo destes pontos, divido esta monografia em três capítulos. No primeiro deles, correspondente a fundamentação teórica, descrevo brevemente algumas das religiões encontradas no Brasil e procuro mostrar a visão de alguns autores que procuraram conceituar o que é religião e a experiência religiosa. Apresento também a diferenciação entre religiosidade e espiritualidade e procuro defender a importância de se considerar a dimensão religiosa do sujeito no contexto clínico. Também abordo diferentes tipos de psicoterapia, a questão do sofrimento do sujeito e relaciono o tema da subjetividade e da complexidade.

No capítulo seguinte, correspondente a metodologia, apresento a proposta epistemológica que utilizei, a Epistemologia Qualitativa de Fernando González Rey. Sigo explicando um pouco sobre o método, seus instrumentos e os procedimentos de minha pesquisa.

No terceiro e último capítulo, analiso o material produzido por meio da dinâmica conversacional e o complemento de frases e apresento a construção da informação, referente a dois sujeitos, estagiários de psicologia, que atendem a pacientes religiosos.

O trabalho aqui apresentado pretende atingir tanto os profissionais de psicologia quanto os demais profissionais da área de saúde e a todos aqueles que lidam com o ser humano. A intenção é fazer com que os profissionais de psicologia pensem suas práticas, reflitam sobre a religião e sua importância para os sujeitos e questionem-se sobre a dimensão do problema aqui tratado. Diante dele, temos a opção de ignorá-lo ou buscar compreendê-lo. Para os demais profissionais cabe no sentido de entender que é importante conhecer o sujeito como um todo, não esquecendo aspectos que o constituem, sendo um deles a sua espiritualidade e religiosidade.

CAPÍTULO UM - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 A religiosidade brasileira

Baseando-se nos dados do IBGE pode-se destacar a proporção de católicos na população brasileira, pois quase $\frac{3}{4}$ da população é formada por estes. Porém, esse número já foi bem maior. A cada novo censo o número de católicos diminui no país e esse fato vem ganhando visibilidade. Uns já começam a se declarar como não-religiosos. Essas transformações são importantes, pois expõem uma crescente pluralidade religiosa dentro do país que se constituiu incorporando a unidade religiosa como um elemento central de sua identidade (STEIL, 2001).

Hoje são poucos os que se declaram ateus ou agnósticos. Por outro lado, vem crescendo o número dos chamados “religiosos sem religião”, pessoas que tem fé, mas não se vinculam a uma religião institucionalizada, buscam crenças e símbolos em diversificados espaços e tradições ligados a religião para formar suas sínteses religiosas pessoais (NOVAES, 2001).

Os “religiosos sem religião” também podem romper com a tradição familiar para adotar novas religiões. Percebe-se que ao mesmo tempo em que diminui o número de católicos, aumenta a participação daqueles chamados de “católicos praticantes”. Um relativo aumento de pentecostais também é importante de ser ressaltado (NOVAES, 2001).

Após ressaltar sobre a proporção de religiosos na população brasileira é importante, antes de qualquer coisa, esclarecer as perspectivas de alguns autores sobre religião e experiência religiosa.

1.2 Religião e Experiência Religiosa

Geertz (1989/2008) analisa a religião se atendo à sua dimensão cultural e nos apresenta um paradigma tendo como base dois conceitos, *ethos* e visão de mundo. Para o autor os símbolos sagrados funcionam para sintetizar o *ethos* de um povo e a sua visão de mundo sobre a ordenação das coisas. Ou seja, os símbolos religiosos estabelecem uma harmonia entre um estilo de vida particular (*ethos*) e

uma metafísica específica (visão de mundo). Nesse sentido, a religião ajusta nossas ações a uma ordem cósmica e projeta imagens dessa ordem no plano de nossa experiência.

Segue a definição de religião para o autor:

Um sistema de símbolos que atua para estabelecer poderosas, penetrantes e duradouras disposições e motivações nos homens através da formulação de conceitos de uma ordem de existência geral e vestindo essas concepções com tal aura de fatualidade que as disposições e motivações parecem singularmente realistas (GERRTZ, 2008, p. 67).

Já Dalgalarrrondo (2008, p. 16) analisa a religião relacionando-a a um fenômeno humano e indica que ela é várias coisas ao mesmo tempo “experiencial, psicológica, sociológica, antropológica, histórica, política, teológica e filosófica”.

Durkheim acredita ser a religião correspondente a um conjunto de práticas e representações revestidas marcadas pelo sagrado. Ele também define a religião como "um sistema solidário de crenças e práticas relativo a entidades sacras, quer dizer, separadas, proibidas; crenças e práticas que unem em uma mesma comunidade moral, chamada igreja, a todos que aderem a ela" (DURKHEIM, 1978, p. 212 apud DALGALARRONDO, 2008, p. 22).

A visão de Durkheim sobre a religião a aproxima de um ponto de vista judaico-cristão enquanto a de Dalgalarrrondo procura se estender a uma visão mais ampla, tanto que a relaciona a diversas dimensões. Já para Carvalho (1994) a religião é vista como um sistema coletivo e institucionalizado.

Jung apresenta a religião como uma acurada e conscienciosa observação daquilo que Rudolf Otto (1917/2007 apud Palmer, 2001) chamou de “numinoso”. Isto é, uma instância ou efeito dinâmico não causado por um ato arbitrário da vontade, pelo contrário, ele domina o indivíduo, que é mais sua vítima do que seu criador. O “numinoso” corresponde a uma experiência do sujeito que independe de sua vontade e é visto como propriedade de um objeto visível que é influenciado por uma presença invisível. Tem o poder peculiar de causar alterações na consciência (JUNG, 1987).

Palmer discute a visão de Jung afirmando que não se pode saber coisa alguma de um Deus objetivo, não havendo, portanto questão metafísica sobre se existe um tal Ser a que se quer dar resposta. Em consequência, ele dirige a nossa atenção exclusivamente para o produto psíquico, para a imagem do Deus interior à

psique, agora avaliada não como uma fantasia, mas como substrato coletivo e arquetípico do inconsciente (PALMER, 2001). Em Jung vemos um Deus interno, ou seja, um Deus que existe fora da psique e se revela a nós por meio das imagens e dos rituais da religião.

O trabalho de Jung traz uma visão avessa ao racionalismo moderno e apresenta uma posição filosoficamente mais próxima do romantismo. A visão de Jung se mostra mais compreensiva, visto que relaciona o coletivo às experiências individuais. O autor não se utiliza de reducionismos na construção de sentidos, ele leva em conta os sujeitos, o que os motiva e a sua história de vida. Ele procurava compreender a experiência do sujeito de uma forma tal que esta não pudesse ser distorcida. Apesar de tudo isso, ainda se pode perceber um reducionismo sutil em suas teorias, como quando ele fala de mitos. Quando fala em inconsciente coletivo o autor relaciona temas universais a experiências singulares que os sujeitos vivenciam. Ele faz isso de uma forma que fica até difícil saber se essas experiências se relacionam a um conteúdo arquetípico ou se elas se constituem como um processo particular do sujeito que as vivencia (BIZERRIL & NEUBERN, 2012).

Já James apresenta a religião sob uma concepção diferente. James (1902/1995) procura explicar a conduta humana por meio de critérios religiosos, nisso ele se afasta de uma abordagem do tipo patológica. Tal postura adotada por James leva-o a se afastar da ciência, que segundo ele, professa um materialismo médico que condena a religião como originada de uma alma enferma; e também das noções defendidas pela teologia, que segundo James, são produtos secundários, advindas de uma experiência individual. A religião é verdadeira na medida em que auxilia o indivíduo em sua existência, ou seja, a religião nada será se não for o ato vital pelo qual o indivíduo procura salvar-se.

Em seu texto, James (1902/1995) faz dele as palavras do pensador W. Bender, que diz ser a religião a pesquisa sobre o humano. Corresponde a um impulso humano em direção a autopreservação, um meio pelo qual se busca levar a cabo propósitos vitais essenciais contra a pressão adversa do mundo, erguendo-se livremente para a ordem e os poderes governantes do mundo quando são atingidos os limites da sua própria força. O nosso juízo sobre o valor e importância da religião deve ser decidido, portanto, a partir de bases empíricas. James, por ser um autor pragmático, se colocava sempre a olhar os frutos de determinadas condutas. Era nesse sentido que ele analisava a religião, olhando aquilo que ela poderia trazer

para os sujeitos, se ajudava o indivíduo em suas questões e sofrimentos então se constituía como algo bom e válido.

Conforme James (1902/1995), o principal valor da religião se encontra no fato de ela conseguir unificar um eu cindido. Um indivíduo sofrendo de uma inquietude existencial, que não encontra solução para os seus males e nem sentido para ele e para o mundo, pode encontrar sua salvação na religião. Isso acontece porque a partir da experiência religiosa o crente percebe que o mundo e sua existência encontram seu sentido num universo espiritual mais amplo, do qual ele mesmo comunga e que é a condição de realidade para ele e para o mundo.

Segundo James, o fenômeno religioso deveria ser estudado tendo em conta os sentimentos do sujeito, ou seja, o que este considerava como divino. Seu trabalho aproximou-se das perspectivas atuais no que se refere a construção de sentido do sujeito. Ele não procurou reduzir a experiência do sujeito a algo que a aproximasse do reconhecimento científico, não a colocava como subproduto de algo, mas sim como particular e própria do sujeito. Porém, mesmo mergulhando profundamente naquilo que o sujeito tem de seu, o autor não se preocupa em compreender teoricamente essa experiência e nem se dispõe a dialogar com os processos culturais que estão envolvidos. Essa posição “pode sugerir um enraizamento individualista, típico da modernidade” (BIZERRIL & NEUBERN, 2012, p.237).

James (1902/1995) também possui uma definição de experiência religiosa. Ele a relaciona a três pontos, são eles: o pragmatismo, a emoção individual e as diferentes formas pelas quais aparecem o comportamento religioso. Como bom pragmático que era, o autor destaca a utilidade da religião e acredita também que a religião tem seu lado emocional, ou seja, a santidade está relacionada a aspectos psicológicos presentes nas emoções daquele que é convertido. O autor afirma ser obscura a perspectiva de uniformidade das experiências religiosas, pois possuímos uma grande diversidade cultural e é em meio a essa diversidade que as experiências religiosas se concretizam.

Segundo Vergote (1975) a experiência religiosa corresponde ao que vem de um conhecimento intuitivo, estável e habitualmente acessível, ou seja, está relacionada ao afetivo do sujeito, àquilo que ele vive, que o surpreende e o transforma, seja por um momento ou permanentemente. Ela se constitui como um

conhecimento que vem de seu contato com símbolos religiosos, podendo resultar em iluminações místicas, visões ou revelações, que se apresentam de forma particular e única para o sujeito. Assim como James, Vergote cita a experiência privada do sujeito. Essas experiências estão geralmente relacionadas com o que os indivíduos religiosos, mais precisamente os cristãos, nomeiam como Sagrado, Divino, Transcendente, Espiritual ou dado por Deus.

Apresentados os posicionamentos destes autores sobre a religião faz-se importante destacar e diferenciar os conceitos de espiritualidade e religiosidade, conceitos os quais já foram mencionados anteriormente neste trabalho.

1.3 Espiritualidade X Religiosidade

Quando falado sobre religiosidade precisa-se primeiramente tornar esse conceito mais claro, principalmente em relação ao termo espiritualidade, pois religiosidade e espiritualidade apresentam significados semelhantes que poderiam levar a malentendidos. A espiritualidade seria então concebida como uma busca pelo significado da vida e o relacionamento com o sagrado/transcendente. O indivíduo espiritualizado tem sua devoção em algo superior, uma verdade absoluta que o guia, mas não precisa necessariamente ter uma crença religiosa, nem participar de uma religião institucionalizada (PESSANHA & ANDRADE, 2009).

Para Carvalho (1994) a espiritualidade corresponde a uma maneira pela qual o sujeito desenvolve de um modo idiossincrático uma particular via ou modelo de união próprio da religião em que se insere. Com isso, a espiritualidade já conta com uma dimensão subjetiva, uma experiência que ultrapassa a norma ou expectativa formal da comunidade. Partindo desse ponto, pode-se então ser religioso, no sentido de participar com certa frequência, sem com isso ter uma espiritualidade bem desenvolvida.

Partindo desses aspectos relacionados a espiritualidade, pode-se então começar a construir o conceito de religiosidade. Autores como Paiva (2002) e Torres (2008) relacionam a religiosidade a uma vivência da ligação do sujeito com o sagrado/ transcendente, reconhecendo que há alguém que se percebe como maior do que a si mesmo. Porém, essa relação se dá através de uma crença e da adesão a práticas dentro de uma instituição religiosa organizada. Há na religiosidade, além

dos aspectos individuais, aspectos institucionais diferentemente da espiritualidade, que é um fenômeno apenas individual.

Essa relação do sujeito com o religioso nos remete ao problema do sofrimento o qual Geertz (1989/2008) destaca. Para o autor a religião é vista como um amparo contra os males aos quais os sujeitos estão suscetíveis.

1.4 O problema do sofrimento

“O problema religioso do sofrimento reside não em evitá-lo, mas sim saber como sofrer, ou seja, como fazer de todos os males que nos afligem, a dor física, a perda pessoal a derrota frente ao mundo algo que possa ser tolerado e suportado”. (GEERTZ, 1989, p. 119). Para Geertz (1989/2008) a religião é vista como um amparo contra os males. Os símbolos religiosos também têm papel importante, pois eles oferecem uma garantia não apenas para a capacidade de compreensão do mundo, mas para que, compreendendo-o, os sentimentos tornem-se precisos, as emoções sejam definidas, o que permitirá suportá-lo. A religião dá então um sentido para o sofrimento, o que o torna suportável.

O problema do sofrimento recai sobre o problema do mal, este relacionado a nossa noção do que é certo e do que é errado. Se o que pensamos que é certo e o que é errado fizesse sentido não haveria uma diferença marcante entre o que as pessoas merecem e o que vemos elas receberem (GEERTZ, 1989/2008).

Rabelo et alii (2002) defende a tese de que através da experiência religiosa podemos ressignificar o sofrimento. Ou seja, a doença passa a ser reinterpretada nos termos da religião. Isso significa dizer que o problema acaba saindo da ordem da materialidade para ser colocado na dimensão do sagrado. Através da ressignificação do sofrimento em contextos religiosos há um enfrentamento ritual dos conflitos do sujeito. A partir da experiência religiosa vivenciada neste contexto ritual de enfrentamento de situações de aflição vai haver uma mudança no posicionamento do indivíduo, uma mudança de conduta, que vai ter repercussões em seu cotidiano.

1.5 Perspectiva Religiosa

Quando citada a perspectiva religiosa, estabelece-se uma relação entre saber e acreditar. Perspectiva aqui é apresentada como um modo de ver no sentido mais amplo possível. É uma forma particular de ver a vida e construir o mundo. Colocando a perspectiva religiosa como pano de fundo de três das perspectivas religiosas que os homens também usam para compreender o mundo - a do senso comum, a científica e a estética – sua especificidade aparece com bastante sagacidade. Conforme Schutz (1970/1979), o senso comum aceita os objetos e processos do mundo assim como eles se apresentam, como eles parecem ser. Na perspectiva científica, os marcos para se apreender o mundo são a dúvida deliberada, a pesquisa sistemática, a suspensão do pragmático em favor da observação desinteressada e a tentativa de analisar o mundo fazendo uso de conceitos formais. Quanto a perspectiva estética, esta é marcada por uma insistência nas aparências, a absorção das coisas por si mesmas.

A perspectiva religiosa difere da perspectiva do senso comum. Ela se afasta da realidade cotidiana e segue para realidades mais amplas. Difere também da perspectiva científica, pois questiona a realidade da vida cotidiana não a partir do ceticismo, mas a partir do que é necessário para torná-las realidades mais amplas. Difere da arte, pois afasta a questão da fatualidade que envolve um ar de parença e de ilusão e procura criar um clima de atualidade real (GEERTZ, 1989/2008).

Tratar de perspectiva religiosa e perspectiva científica remete às relações entre psicologia e religião.

1.6 Psicologia e Religião

No mundo moderno, a relação entre ciência e religião é um tópico muito polêmico e atual. A ciência nos forneceu os métodos para descobrirmos a verdade. Por outro lado, a religião é a maior força criadora de sentido. Todavia, ambas ainda são consideradas mutuamente excludentes (WILBER, 2001, p. 11).

A psicologia foi institucionalizada como ciência no Brasil em 27 de agosto de 1962, por meio da lei 4.119, que tornou a profissão regular no país. Para melhor entender sobre a atuação profissional do psicólogo faço uma breve consideração sobre o Código de Ética Profissional do Psicólogo. Abaixo alguns de seus princípios:

1 - O psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

2- O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (CRP, 2005, p.7).

Ao deixar de lado algo tão importante na vida das pessoas como a religião o profissional de psicologia não está seguindo esses princípios. Noções como a de integridade e liberdade não são levadas em conta, já que muitas vezes definimos o que deve ou não ser trabalhado em terapia e deixamos de lado dimensões importantes da vida do sujeito. O que fazemos aproxima-se de uma forma de opressão, violência e negligência quando partimos do pressuposto de que psicoterapia e religião não se misturam. Até mesmo nos meios acadêmicos é passado que para sermos reconhecidos e bem sucedidos no que fazemos devemos romper com o nosso lado espiritual ou deixa-lo em segredo (Neubern, 2013).

A psicologia então ao procurar se adequar ao método de investigação científica deixa de lado os valores e crenças dos pesquisadores envolvidos. Porém, é importante levar-se em conta que nos encontramos em um país de maioria religiosa. E em função disso, a probabilidade é alta que a temática religiosa apareça nos discursos dos pacientes que procuram os profissionais de psicologia.

Para Ancona-Lopez (1999), quando relacionamos religião e psicologia estamos falando dos relatos de experiências religiosas trazidas pelos pacientes para a clínica psicológica. Nesse sentido, Shafranske e Malony (1990) acreditam ser imprescindível considerar a religiosidade do sujeito na clínica psicológica, isso por quatro motivos: a relevância da religião na cultura, incidência do fenômeno religioso na clínica psicológica, relações entre religiosidade e saúde mental, considerações dos valores na prática clínica. Estes quatro pontos são reforçados primeiro porque considerar a cultura na qual o indivíduo se constitui é uma prática comum na clínica psicológica. No Brasil, grande parte dos atendidos na clínica são religiosos ou se identificam com alguma religião, o que torna inviável deixar esse contexto de lado. Outra questão importante é a dos valores, pois a prática psicológica baseia-se em valores presentes em teorias, técnicas e no próprio psicólogo, ou seja, não se desenvolve sem pressupostos.

Neubern (2013) traz contribuições para pensar a atuação do psicoterapeuta e sua maneira de lidar com pacientes religiosos. Ele faz referências a figura mitológica da Medusa para explicar a atuação de alguns psicoterapeutas. Segundo o autor, ao deixar de lado a religiosidade e espiritualidade, uma dimensão tão importante da vida do paciente, determinando o que cabe ou não ser tratado dentro dos consultórios, o psicólogo termina por desqualificar as crenças do paciente e assim lhe destina o olhar que petrifica, o olhar da Medusa.

Neubern (2013) pretende quebrar a ideia de que psicoterapia e religião não se misturam e, portanto se põe a tentar estabelecer um diálogo entre estes dois campos que são vistos como distintos por muitos. Segundo o autor, um dos principais problemas que se colocam quando tentamos estabelecer um diálogo entre psicoterapia e religião é o problema da aceitação das outras pessoas. Aceitar o outro é fundamental para a construção de uma relação terapêutica de qualidade, mas também nos faz pensar a diversidade dos sujeitos e o respeito que devemos ter para com essas diferenças. Sabe-se que a aceitação é uma premissa básica para que haja psicoterapia, assim como o acolhimento. Mais adiante, quando for falar sobre os estagiários estudados neste trabalho, relacionarei suas falas nas quais tratam da importância da aceitação e do acolhimento, que é a base de seus atendimentos no consultório. São técnicas clássicas de psicologia utilizadas na clínica psicológica.

Quando se trata do tema religião, o psicoterapeuta pode ficar dividido entre o apoio e acolhimento de que o cliente necessita e o que é aprendido em seu grupo profissional. Outro problema que se coloca quando tentamos estabelecer esse diálogo entre psicologia e religião é a questão do pertencimento. Em psicologia, valorizamos o pertencimento a um determinado grupo, seus costumes e valores, no entanto quando o assunto é religião a tendência é a desqualificação. O que é observado é que quando o paciente entra no espaço psicoterápico ele tem que deixar pra trás suas crenças religiosas e praticamente tudo que se refere a elas, ou seja, só é possível falar sobre aquilo que cabe dentro das teorias do psicoterapeuta (Neubern, 2013).

Até mesmo o psicoterapeuta, em sua formação, sofre com a questão da religião vista como tabu, pois precisa desqualificar sua religião e às vezes até

escondê-la em nome da ciência, assim se torna psicoterapeuta e é aceito por seus pares. Neubern (2013) ainda referindo-se ao psicoterapeuta, nos remete ao autoconhecimento, pois a subjetividade do psicólogo não pode ser deixada de lado. Ou seja, o autor defende que primeiro precisamos nos voltar para nós mesmos, precisamos nos entender melhor e perceber em que acreditamos, pois nossa experiência religiosa pode nos proporcionar uma entrada diferenciada no mundo do outro, visto que já teríamos algo em comum, algo familiar, que nos permitiria nos solidarizar com o paciente. Aquele psicoterapeuta que se conectasse primeiro com a sua experiência religiosa poderia ter um acesso melhor e mais consciente às experiências religiosas do outro. Aqui a intenção do autor não é a de dizer que o psicoterapeuta precisa ter crenças religiosas ou estar ligado a uma religião institucionalizada, mas sim que ele precisa conhecer mais de si mesmo, que ele precisa compreender qual o seu posicionamento em relação a essas questões, em que ele acredita, pois nesse sentido ele tem uma via mais direta de aproximação com o paciente atendido, uma similaridade, o que poderia contribuir para o início do processo psicoterápico e seu bom desenvolvimento.

Em resumo, a proposta deste trabalho é pensar as formas de atuação do profissional de psicologia, procurando entender como prestar um atendimento cada vez melhor ao paciente que procura a clínica, sem esquecer de lado questões que fazem parte de suas vivências, como suas práticas e crenças religiosas, ou seja, a proposta aqui é acolher a religiosidade do paciente. Mas a pergunta principal é como “incluir” este aspecto tão importante da vida do sujeito quando até hoje ainda nos deparamos com uma dicotomia entre ciência e religião, quando até mesmo no curso de formação em psicologia aprendemos a separar um do outro, a proposta seria no sentido de quebrar esses paradigmas já definidos, ou pelo menos fazer indagações que possam abrir espaço para discussões futuras mais aprofundadas. Um ponto interessante seria de trabalhar os estudantes de psicologia para que criassem uma sensibilidade cultural que os permitisse tratar os pacientes religiosos de forma mais aberta e livre de preconceitos.

Neubern (2013) defende que a religião faz parte da identidade do sujeito e não pode ser deixada de lado na clínica psicológica. O autor faz referência ao cético e ao diplomata, o primeiro estando comprometido com a ciência e o segundo, interessado em saber e adentrar o mundo do outro, sem esquecer, é claro, de onde

veio. Muito curioso e atento, está sempre interessado em entender a realidade do outro, mas não esquece de onde veio, por isso entra com respeito e consideração em outras culturas. Procura conhecer, aprender e dialogar com outros povos, sem como isso invadir o que é do outro ou ultrapassar aquilo que não lhe é permitido. O que se percebe aqui é que o autor destaca duas escolhas que nos são apresentadas diante de um fenômeno, podemos ignorá-lo ou compreendê-lo e o que se espera de todo profissional, principalmente o de psicologia do qual aqui estamos falando, é que procure compreender o sujeito o qual atende em sua integridade, não ignorando aspectos fundamentais que o constituem.

O mesmo autor discute, ainda, a relação entre paciente e psicoterapeuta, esta importantíssima para o processo psicoterápico. Cabe ressaltar que o autor trata de relação e não de resistência, relação no sentido daquilo que nos implica de forma afetiva com o outro, no sentido de compaixão, que nos possibilita uma aproximação com as outras pessoas. Para entender melhor o outro e compreender seu mundo precisamos também reconhecer seus saberes (Neubern, 2013).

Sobre a relação do terapeuta com o paciente tratarei mais adiante, quando forem expostas as conversações com os estagiários de psicologia clínica, no entanto Freitas (2013) também possui um estudo realizado com profissionais em seu cuidado a pacientes religiosos, o que já pode dar uma ideia sobre como se dá a prática do psicoterapeuta quando estão envolvidas temáticas da ordem da religião. A autora realizou uma pesquisa exploratória sobre as relações entre religiosidade e saúde mental em imigrantes na percepção de psicólogos e psiquiatras dos serviços de saúde mental ingleses e brasileiros. Por meio deste artigo podemos nos indagar sobre como se dá a prática dos profissionais de saúde ao trabalhar pacientes religiosos. Em seu estudo a autora aponta para a complexidade na relação entre os fenômenos religiosos e a saúde mental e também para a ausência de um consenso entre as abordagens teóricas da psicologia sobre o assunto. Entre os profissionais de saúde pesquisados alguns relataram sobre o papel opressor de muitas religiões, o que se constitui como danoso para a saúde mental dos indivíduos, mas também apareceram referências aos efeitos positivos da religiosidade, como acolhimento e ajuda na superação de dificuldades. Alguns avaliaram a experiência religiosa a partir dos efeitos que ela tem na vida do paciente. Os profissionais, de uma forma geral, não apresentavam uma religião definida, mas reconheciam o papel desta na vida

dos indivíduos e afirmavam ter uma postura de respeito. Todos os profissionais pesquisados alegaram que o tema da relação entre religião e saúde mental praticamente não havia sido abordado ao longo de seus cursos de graduação (Freitas, 2013).

Tendo como base esses estudos percebe-se que a psicologia se constitui como um campo marcado pela riqueza e diversidade, portanto aqui apresentarei diversas modalidades de atuação do profissional de psicologia na clínica. O estudo aqui representado foi realizado com estudantes de psicologia que fizeram estágios em diferentes campos psicoterápicos e eles serão apresentados aqui com o intuito de se entender como se dá a forma e atuação em cada um deles.

1.7 Psicoterapia

Início este tópico recuperando alguns argumentos da análise de Nikolas Rose sobre a história da psicologia. O objetivo de suas pesquisas é fazer uma genealogia da subjetivação na sociedade moderna. O autor define subjetivação como os processos e práticas pelos quais o ser humano se relaciona consigo e com os outros como sujeitos de um certo tipo (ROSE, 2011). Fazer uma genealogia da subjetivação na sociedade moderna, portanto significa refletir sobre como o ser humano é pensado neste contexto. Segundo Rose (2011) a psicologia provocou uma mudança nas formas de subjetivação contemporâneas. Para o autor a psicologia não foi dada previamente, separada da sociedade. Como as demais ciências, ela não se configura como uma ciência neutra, excluída do ambiente no qual se insere. Até mesmo seu objeto de estudo não é preexistente, não foi descoberto. Seu objeto foi se constituindo à medida que ela o foi conhecendo. A psicologia é vista como uma tecnologia humana, uma união de artes e habilidades que envolvem pensamentos, afetos, forças e artefatos.

Na perspectiva de Rose, a psicologia foi se constituindo à medida que a sociedade se constituía e ao surgir mudou as formas de se pensar o homem. O autor a enxerga como uma tecnologia humana. O que o autor dá a entender é que a psicologia foi uma tecnologia criada com o homem, para o homem e pelo homem.

Rose (2011) vê a linguagem psicológica como uma tecnologia intelectual, esta permite enquadrar a realidade num formato específico, ordenado, classificando e permitindo que ela se encaixe em certo tipo de reflexão. A linguagem psicológica forma um tipo de maquinário intelectual que torna o mundo pensável em descrições psicológicas que nos são dadas. A psicologia, assim como outras disciplinas, conta com um conjunto de mecanismos de inscrição e de procedimentos que colocam o mundo em forma de observações, gráficos, tabelas, figuras, etc. Cria assim os objetos do discurso psicológico e os torna notáveis e inteligíveis. Em associação com outras tecnologias humanas, forma uma parte das racionalidades práticas de tudo aquilo que age sobre o homem no sentido de moldar sua conduta como aparato legal, a escola, a direção espiritual, entre outros.

Quando ressalta o papel da psicologia, Rose (2011) a relaciona não a uma mera aplicação da ciência, mas sim a uma *expertise*. Segundo o autor, o expert é um tipo de autoridade social que exerce um diagnóstico, baseado numa alegação de verdade e de eficácia técnica (ROSE, 2011). Quando usa a noção de expertise, o autor procura chamar a atenção para três características. A primeira delas é que ela é heterogênea e seu estilo de atividade é a bricolagem, esta se constituindo como um conjunto de saberes e técnicas que formam um complexo *know-how*. Não há uma teoria única. As técnicas são unificadas numa prática pedagógica: cursos, credenciais, livros, etc. Em segundo lugar, a noção nos permite distinguir uma série de processos diferentes, ou seja, as consequências sociais da psicologia não são as mesmas consequências sociais dos psicólogos. A psicologia empresta seus conceitos a outros experts que guiam sua prática por meio de uma ética psi. Em terceiro lugar, a noção de expertise ajuda a esclarecer como ocorrem as afiliações entre distintas autoridades (psi e não psi). A psicologia visa a simplificação das tarefas das autoridades que administram as subjetividades. As autoridades podem visualizar, avaliar e diagnosticar os sujeitos tendo autoridade social, pois a base teórica da psicologia não é meramente técnica e científica, mas sim ética. A atividade profissional psi se justifica eticamente pelo saber técnico que permitiria tomar decisões racionais, sancionadas por um saber científico. Portanto, o exercício da autoridade a partir dos saberes psi não seria arbitrário.

Essa expertise psicológica não apenas simplifica as ações humanas como também oferece critérios que as encaixam em certas categorias que facilitam sua inteligibilidade e condução. Ela exerce domínio sobre os indivíduos à luz de um

saber sobre sua natureza interior tornando a autoridade uma atividade quase terapêutica (ROSE, 2011).

Com a inclusão da psicologia no treinamento e credenciamento dos profissionais da conduta, torna-se possível que as decisões tomadas por essas autoridades sejam conduzidas de forma a estarem de acordo com os interesses daqueles que são governados. Essa transformação ético-terapêutica é um aspecto da força que une diversas autoridades à *expertise* psi e que a tornam tão poderosa. A psicologia fornece às autoridades um valor humano e moral e legitimidade às suas decisões cotidianas. O caminho ético para a autoridade é o *self*, pois é ele o elemento que permite à psicologia governar os indivíduos (ROSE, 2011). Ou melhor, o autor argumenta que um ideal normativo de *self* autônomo e responsável orienta os saberes psi e as decisões que são tomadas com base nele.

A perspectiva de Rose faz pensar de uma forma diversificada a psicologia e a forma de atuação do psicólogo. Porém mais adiante comentarei sobre a psicologia pensando em suas formas clássicas de psicoterapia, procurando mostrar como se dá a atuação do psicoterapeuta dentro de cada campo psicoterápico. Sabe-se que a psicoterapia é muito rica em teorias que se desenvolveram ao longo do último século e meio. Cada uma dessas teorias gerou um campo terapêutico que desenvolve um método diferente de atuação frente ao paciente. Bertolucci (1991), psicoterapeuta transpessoal, defende que classicamente tem-se como parte do trabalho psicoterápico a pesquisa intrapsíquica, que consiste na participação ativa do paciente, este buscando elementos de sua história passada que estão relacionados a sua história atual. Nessa busca, fatores não conscientes têm papel de destaque, principalmente porque eles podem se constituir em empecilhos que podem prejudicar o progresso e realização na terapia.

Saliento que há diversas correntes no campo da psicoterapia. No entanto, aqui iremos focar sucintamente as perspectivas clássicas: a psicanálise, a análise do comportamento, e a corrente humanista, com a terapia centrada na pessoa. Essas formas de atuação são algumas das que são ofertadas aos estudantes do curso de psicologia do UniCEUB quando estão em seus últimos semestres e são colocados a praticar aquilo que estudaram ao longo do curso, no CENFOR - Psicologia.

Começarei aqui pela psicanálise. Esta se constitui como uma teoria desenvolvida por Sigmund Freud, que teve como seu marco inicial a publicação do

livro *A Interpretação dos Sonhos* no início de 1900. Os seus estudos já vinham se desenvolvendo anteriormente, quando ainda eram realizados em sua área de formação: a medicina (FREUD, 1924/1996). Para Bertolucci (1991), a psicanálise busca nas associações livres um auxílio para facilitar a transferência do conflito na relação entre o terapeuta e o paciente. Visa apontar os aspectos que constituem esses conflitos e procura "recordações" afetivas. Ao pedir que o paciente fale livremente, sem censurá-lo ou criticá-lo, há a possibilidade de que a pessoa fale mais do que ela sabe, ou seja, não apenas aquilo que ela sabe e esconde dos outros, mas aquilo que ela não sabe (o inconsciente). Para González Rey (2007), Freud, em sua teoria, acaba por definir princípios universais e consequentemente deles surgem impulsos gerais, assim Freud relaciona os princípios do prazer e da realidade, e também as repetições do sujeito.

A partir da psicanálise de Freud, foram surgindo então diversas correntes. Pode-se então destacar a corrente junguiana e o pensamento lacaniano. Jung também trabalha com alguns conceitos vindos da psicanálise freudiana, até porque por algum tempo foi discípulo de Freud. Para González Rey (2007), Jung diversificou em relação a Freud, pois compreendeu a motivação humana e o inconsciente de uma forma diferente. Jung também deu importância ao papel da cultura e da sociedade para o processo de formação do sujeito. Para González Rey (2007), o pensamento de Lacan acaba, de um certo modo, quebrando com uma das ideias de Freud, a de tentar compreender a mente a partir de processos afetivos. Em Lacan, aos poucos, a mente passa a ser substituída pelo linguístico.

Feitas estas considerações sobre autores importantes da história da psicanálise, seguirei então para outros sistemas psicoterápicos, começando pela análise do comportamento.

Para Moreira e Medeiros (2007), o comportamento operante é aquele que produz consequências (modificações no ambiente) e assim é afetado por elas. Algumas dessas consequências aumentam a probabilidade de o comportamento voltar a ocorrer, essas consequências são chamadas de reforço. As consequências que diminuem a possibilidade de que o comportamento volte a ocorrer no futuro são chamadas de punição. Na clínica comportamental são trabalhados, entre outros fatores, o sujeito e seus reforçadores, o que nos possibilita fazer análises funcionais

de seus comportamentos. Skinner (1969/1975) afirma que as análises funcionais estão relacionadas às interações entre o organismo e o seu ambiente pensando na ocasião na qual ocorreu a resposta (seus antecedentes), na própria resposta (comportamento) e nas consequências reforçadoras. A relação entre as três constitui as contingências de reforço.

Também entre as psicoterapias praticadas no CENFOR, encontramos a corrente humanista. González Rey (2007) vê o humanismo como uma corrente que traz mudanças quando se trata da compreensão de sujeito. Os humanistas estão centrados no sujeito, enxergando-o em sua potencialidade e singularidade.

Como outros autores fundadores de teorias e sistemas de psicologia clínica, Rogers desenvolve suas ideias sobre a Abordagem Centrada na Pessoa – ACP, tendo como base suas experiências clínicas. A proposta dessa corrente psicoterápica leva em conta uma interação entre terapeuta e cliente. O terapeuta deve obedecer ao ritmo do cliente e levar em conta a sua maneira única de ser (GOBBI & MISSEL, 2002). Para Rogers (1959 apud GOBBI e MISSEL, 2002), a terapia facilita um processo de mudança próprio do cliente. Ela consiste em liberar uma capacidade que já existe no cliente, um potencial seu.

O que se pode observar em todas essas abordagens aqui mencionadas é que elas são diferentes quanto a seu método, porém concordam quanto ao seu objetivo, pois todas elas acabam, de uma forma ou de outra, por trabalhar com os conflitos humanos. Todas essas correntes procuram criar uma boa relação entre o terapeuta e o cliente, mesmo que não usem os mesmos termos para definir o que seria a condição necessária a esta boa relação terapêutica. Todas buscam criar um espaço favorável que seja propício para mudanças. A relação ética do terapeuta com o paciente também é uma questão importante que aparece em todas, ainda que a definição do que é ético também possa variar. O conhecimento de que o sujeito traz suas limitações também é uma questão central. Trata-se de uma relação de cuidado, de compromisso com o sujeito. Na relação o psicoterapeuta deve respeitar o que o paciente traz independente do que seja, pois aquilo é significativo para ele. O importante é não julgar e fazer o sujeito perceber que estamos interessados em sua melhora, assim é importante mostrar empatia e deixar o cliente à vontade para que ele possa se abrir e assim compartilhar.

Até aqui destaquei a diversidade religiosa no Brasil e perspectivas sobre religião. Procurei também estabelecer uma ligação entre religião e psicologia, abrindo espaço para as modalidades psicoterápicas e fazendo pensar a atuação do psicólogo frente aos relatos de experiências religiosas que aparecem na clínica. Porém, para fechar a fundamentação me proponho a falar sobre as teorias da complexidade e da subjetividade, pois elas serão tidas como pano de fundo para se pensar os sujeitos estudados nessa pesquisa. Cabe lembrar que a religião se constitui como parte integrante da subjetividade dos sujeitos e que a subjetividade se constitui como uma expressão do paradigma da complexidade na psicologia.

1.8 Complexidade

O pensamento complexo é, pois, essencialmente o pensamento que trata com a incerteza e que é capaz de conceber a organização. É o pensamento capaz de reunir (complexus: aquilo que é tecido conjuntamente), de contextualizar, de globalizar, mas, ao mesmo tempo, capaz de reconhecer o singular, o individual, o concreto (MORIN; LE MOIGNE, 2000, p. 206).

Para Martínez (2005, p.4): “a complexidade constitui um modo de compreender a realidade no qual é reconhecido o caráter desordenado, contraditório, plural, recursivo, singular, indivisível e histórico que a caracteriza”.

Segundo Morin e Le Moigne (2000), o pensamento contemporâneo precisa ser reformado, precisamos de uma nova forma de pensar que se adeque ao nosso mundo, este em constante desenvolvimento. Em sua teoria, eles relacionam pilares do pensamento clássico, são eles: a ordem, a separabilidade e a razão e procuram mostrar que estes princípios encontram-se ultrapassados.

Para Morin e Le Moigne (2000), a noção de ordem parte de uma visão determinista e mecanicista do mundo. A desordem era vista como algo gerado por nossa ignorância, por trás dela sempre haveria uma ordem a ser descoberta. O pensamento complexo quebra então com as ideias de ordem e desordem como se excluindo mutuamente. O objetivo aqui não é quebrar com essa noção de desordem pela de ordem, mas sim de estabelecer uma comunicação, um diálogo entre estes três aspectos: ordem, desordem e organização.

Quanto ao princípio da separabilidade, este se encontrava relacionado ao pensamento cartesiano, em que se defendia que para estudar um problema era necessário separá-lo em partes menores e mais simples. Essa atitude resultava em uma especialização e uma hiperespecialização disciplinar, além, é claro, de deixar de lado o observador em sua percepção da realidade. Em oposição a isso, Morin e Le Moigne (2000) mencionam o desenvolvimento das ciências sistêmicas, que casam diferentes campos de conhecimento e os fazem conversar entre si. Quanto ao observador, só pelo simples fato de estar observando este já interfere na observação. No entanto, o autor defende que o seu intuito não é substituir a separabilidade pela inseparabilidade, mas sim que haja um diálogo entre as duas, de forma que o separável possa se inserir no inseparável.

Ao falar sobre o terceiro pilar, o da razão, Morin e Le Moigne (2000) comentam que este se achava relacionado aos princípios de indução, dedução e identidade. Sobre o princípio da indução, relacionaram-no à teoria de Popper, que ia contra a ideia de razão absoluta partindo do pressuposto que nem sempre era possível chegar a leis gerais a partir de exemplos particulares. Popper utiliza o exemplo dos cisnes. Segundo ele, não se podia chegar a ideia universal de que todos os cisnes são brancos somente pelo fato de nunca ter se visto um negro. A indução tem valor, porém seu valor não pode ser tratado como absoluto.

Sobre a lógica dedutiva, são apresentados argumentos baseados em estudos de Gödel e Tarski, que defendem que nenhum sistema possui meios suficientes para explicar a si mesmo, ou seja, não se pode encontrar nele mesmo a demonstração absoluta de sua validade. Partindo disso, Morin e Le Moigne (2000) defendem que a lógica dedutivo-indutivo-identitária não pode ser vista como sinônimo de certeza e razão absoluta. Ao trazer o pensamento complexo, não alegam que essa lógica deva ser abandonada, mas sim que haja um diálogo sobre a sua utilização em seus diversos segmentos e os pontos onde há lacunas, onde ela para de ser operacional.

Esse trabalho tem a teoria da complexidade como pano de fundo, pois parte-se do pressuposto que ela pode ajudar a pensar o profissional de psicologia em sua atuação junto a pacientes que tragam relatos de experiências religiosas, visto que a religiosidade é uma dimensão importante da subjetividade dos sujeitos.

1.9 Subjetividade

Segundo Martínez (2005, p.2), a subjetividade “constitui uma expressão do paradigma epistemológico da complexidade em uma ciência particular: a psicologia”. Considerando o foco desta metodologia, abordo alguns conceitos gerais da teoria da subjetividade.

No presente trabalho, optei pelo método proposto por Fernando González Rey, a Epistemologia Qualitativa. O presente método foi escolhido, pois visa investigar a subjetividade do sujeito, sendo este um sistema complexo e multideterminado. Segundo González Rey, a subjetividade pode ser definida como: “A organização dos processos de sentido e de significação que aparecem e se organizam de diferentes formas e em diferentes níveis no sujeito e na personalidade, assim como nos diferentes espaços sociais em que o sujeito atua” (1997, p. 108).

González Rey (2002) discute subjetividade e a relaciona a algo que quebra dicotomias centrais no campo das ciências humanas. São as dicotomias social-individual, interno-externo, afetivo-cognitivo, intrapsíquico-interativo.

González Rey (2002) tem percebido que a subjetividade é vista por muitos como aquilo que abarca o mundo interno do sujeito, mas esse mundo interno acaba não sendo elaborado teoricamente. A subjetividade se constitui como um sistema que se desenvolve a partir da produção de sentidos e significados que se organizam nas atividades do sujeito e nas instituições e contextos culturais em que atuam. Ela se diferencia de elementos sociais e biológicos. Podemos falar em subjetividade individual e social. As duas andam juntas e se desenvolvem a partir de um processo complexo, visto que os sujeitos se definem dentro do tecido social em que vivem. A subjetividade individual é constituída socialmente.

González Rey (2002) defende a subjetividade como um processo plurideterminado e contraditório, que está sempre se desenvolvendo. É aberta, abrangente, irregular, flexível, versátil e complexa, por isso permite que possamos gerar processos culturais que mudam nosso modo de vida. É assim que vai se constituindo a subjetividade social e a individual.

Segundo González Rey (2003) a subjetividade individual corresponde a forma como os indivíduos se organizam subjetivamente, assim como os processos envolvidos nessa organização. É nela que está constituída a história dos sujeitos, história esta que se forma a partir das relações sociais deste sujeito que está inserido em uma cultura. O sujeito, nessa visão, é quem constitui sua história. É ele que se insere nos diferentes espaços sociais e se relaciona com outras pessoas.

Quando trata de subjetividade social, González Rey (2003) comenta que ao introduzir a categoria tinha a intenção de romper com a ideia reinante de que a subjetividade se constituía apenas como algo individual. O objetivo era apresentá-la como algo complexo constituído a partir do social e do individual. Nesse sentido, os processos sociais são então vistos como constituintes de um sistema complexo, a subjetividade social, no qual o sujeito se constitui e é constituinte. A subjetividade social se constitui como uma produção simbólica e de sentido e se configura como um novo modo de formação do tecido social em sua relação com os aspectos objetivos da vida das pessoas e os espaços em que estas pessoas circulam.

Dito isso, pode-se então compreender que tanto a subjetividade social como a individual estão em constante construção e são afetadas pelo sujeito no momento em que este se expressa. Porém, essas mudanças não acontecem de forma imediata, pois estão relacionadas a categorias amplas, flexíveis e abertas. A subjetividade, portanto, não se interioriza e nem é determinada pela cultura. Não se interioriza, pois se constitui por um processo em que o social atua como instância subjetiva e não objetiva. Não se determina pela cultura, pois esta é também subjetiva. A subjetividade se constitui em sua própria história, no cenário em que se desenvolve (GONZÁLEZ REY, 2002).

A teoria da subjetividade será importante para essa pesquisa, pois faz pensar o sujeito a partir de seus sentidos subjetivos. Cabe ressaltar também que a religião é importante na constituição da subjetividade do sujeito.

CAPÍTULO 2 - METODOLOGIA

2.1 Epistemologia Qualitativa

Neste trabalho privilegiou-se a proposta metodológica de Fernando González Rey, denominada de Epistemologia Qualitativa. Para González Rey (2002), a Epistemologia Qualitativa consiste em um esforço na busca de formas novas de se produzir conhecimento em psicologia. Ela se apoia em três atributos principais: 1) o conhecimento seria marcado por seu caráter construtivo-interpretativo, 2) a singularidade do sujeito pesquisado não é deixada de lado, ela é vista como nível legítimo para a produção do conhecimento 3) este conhecimento seria produzido a partir da conversação, do diálogo entre pesquisador e pesquisado. Os três aspectos destacados serão mais detalhados a seguir.

O método se apoia na construção de conhecimentos, no que se diferencia da pesquisa qualitativa tradicional em psicologia. Quando trata do caráter construtivo-interpretativo do conhecimento, González Rey (2005) destaca a produção do conhecimento, este não se constitui como algo que é extraído da realidade e já encontrado pronto. A realidade se coloca como um campo infinito formado por outros campos que se relacionam de forma independente. É algo complexo. Portanto, não há como se pensar que o contato com a realidade pode ser dado de forma ilimitada e direta. O acesso será sempre parcial e limitado por nossas práticas. É dessa ideia que surge o conceito de "zona de sentido", que para González Rey (2007) se constitui como formas de compreender a realidade produzida na pesquisa e que não esgotam a questão, mas abrem espaço para diferentes aprofundamentos na construção teórica.

Ao tratar desse caráter construtivo-interpretativo pede-se que se estabeleça uma diferença entre construção e interpretação. González Rey (2005) comenta que interpretar é construir. A interpretação sendo uma construção do pesquisador, este pensa e produz conhecimento a partir do confronto de suas ideias com o momento empírico quando este ainda não está pronto, porém essas ideias são construídas em permanente tensão com este momento.

Portanto, González Rey (2005), ao tratar de Epistemologia Qualitativa, não enfatiza o nível instrumental e sim o epistemológico e teórico. O mesmo autor defende que os instrumentos de pesquisa não tem lugar privilegiado, pois o que realmente importa é o pesquisador e sua relação com o sujeito, estes sim são os protagonistas do método de pesquisa proposto.

Ao comentar sobre pesquisador e sujeito pesquisado, González Rey (2002) enfatiza um dos atributos citados anteriormente, o do caráter interativo como característica importante na construção daquilo que se quer conhecer. A relação entre o pesquisador e o pesquisado se faz extremamente importante para que a pesquisa se desenvolva, para promover o diálogo, a interação, a comunicação. O autor afirma ser a comunicação uma característica das ciências antropológicas, pois o ser humano é um ser que se comunica em todos os espaços em que se situa. González Rey (2002) defende que uma das principais fontes para se construir informações na pesquisa qualitativa é o "diálogo progressivo e organicamente constituído" (p. 22). Acrescenta que é nesse diálogo que aparecem elementos como climas de segurança, tensão intelectual, interesse e confiança e estes beneficiam níveis de conceitualização da experiência que dificilmente aparecem de forma espontânea na vida cotidiana. Tratarei desse processo interativo, chamado de dinâmica conversacional, a seguir.

González Rey (2005) vê o sujeito com características como interação, motivação e intencionalidade, assim tem uma postura diante das situações as quais se envolve, isso faz desse sujeito um sujeito ativo no desenvolvimento da pesquisa. Não se constitui como um indivíduo com respostas já prontas, mas sim alguém que se expressa dentro do diálogo.

Se o pesquisador tem um papel importante, o sujeito pesquisado tem um papel ainda mais. González Rey (2005) destaca o principal interesse da pesquisa qualitativa, a subjetividade. Este caráter singular do sujeito é visto como um dos três principais atributos da pesquisa qualitativa e se configura como um nível legítimo para a produção do conhecimento. Para o autor, a história e o contexto são aspectos relacionados ao desenvolvimento do sujeito e marcam sua singularidade. Estes aspectos exprimem a riqueza e plasticidade do fenômeno subjetivo.

A pesquisa qualitativa vem então como uma proposta epistemológica e teórica, apoiada na construção do conhecimento acerca de um objeto complexo: a subjetividade.

Apresentarei em seguida os instrumentos utilizados na presente pesquisa, são eles: a dinâmica conversacional, utilizada para acessar a subjetividade do indivíduo, assim como o complemento de frases, a observação e a análise de prontuários.

2.2 Dinâmica Conversacional

González Rey (2005) trata de sistemas conversacionais, em que o pesquisador não fica focado em fazer perguntas, como nas entrevistas, mas sim procura integrar-se numa dinâmica conversacional e esta contribui para a produção de informações e conta com a naturalidade e autenticidade de seus participantes. Seu objetivo é conduzir a pessoa a campos significativos de sua experiência pessoal. A intenção é criar um espaço no qual as informações surjam.

Nas conversações cada um dos participantes se sente como sujeito do processo e isso facilita a expressão de necessidades e interesses. Os participantes de uma dinâmica conversacional atuam de forma reflexiva, pois ouvem e elaboram suas hipóteses levando em conta posições que assumem sobre o tema do qual falam. Tanto sujeito como pesquisador, de alguma forma, deixam vir suas experiências, dúvidas e tensões. Este processo acaba por facilitar a emergência de sentidos subjetivos (GONZÁLEZ REY, 2005).

A conversação então se configura como um procedimento ativo entre o pesquisador e os sujeitos, em que o pesquisador deve ser criativo e ter iniciativa e paciência empregando diversos recursos para possibilitar a participação do sujeito que tem mais dificuldade de se colocar. A conversação deve possibilitar que o sujeito expresse suas questões, sentimentos e emoções de forma livre e aberta. Ela não se esgota em um ato, em um momento, como a entrevista, pois possui um aspecto interativo. O pesquisador é um facilitador da dinâmica e deve se manter

ativo, espontâneo e reflexivo no momento da conversação. As conversações podem ser grupais ou individuais, ou seja, o tamanho do grupo não é uma exigência (GONZÁLEZ REY, 2005).

O autor também propõe utilizar o complemento de frases. Este instrumento conta com indutores curtos que permitem ao pesquisador ter acesso ao mundo do sujeito pesquisado.

2.3 Complemento de Frases

Como já dito anteriormente, o complemento de frases consiste em indutores curtos que devem ser preenchidos pela pessoa que responde. Esses indutores são de caráter mais geral e podem se referir a atividades, pessoas e experiências, entre outros. São assuntos sobre os quais queremos que o sujeito se expresse. Por meio dele temos acesso tanto a informações diretas como indiretas, ou seja, temos acesso tanto a questões relacionadas a intenções do sujeito como também a informações que mostram como ele constrói aquilo que vem expressando e como organiza isso (GONZÁLEZ REY, 2005).

O instrumento produz indicadores que, ao serem interpretados pelo pesquisador, resultam em construções teóricas que permitem o entendimento do problema estudado. Esses modelos que surgem e se desenvolvem não se esgotam em uma pesquisa concreta, mas sim transformam-se em linhas de pesquisa que se fazem legítimas em seu próprio processo, em sua extensão a novos problemas ou novos aspectos relativos ao tema que se estuda. É essa capacidade de sempre estar gerando novas informações que indica sua viabilidade no trabalho em diferentes campos de atividade profissional.

Dinâmica conversacional e complemento de frases foram técnicas utilizadas no presente trabalho, assim como a observação e a análise de prontuários, que serão apresentados a seguir juntamente com as características do local onde a pesquisa foi desenvolvida, participantes, materiais utilizados, procedimentos e cuidados no desenvolvimento do trabalho.

2.4 Observação

As pesquisas qualitativas tem se utilizado de observações com o objetivo de possibilitar a consideração do contexto estudado e também dar importância a informações que possam ser geradas a partir das ações dos sujeitos (ALVES-MAZOTTI & GEWANSSZNAJDER, 1998). A observação foi utilizada nesse estudo por sua importante relevância e por possibilitar o acesso a informações não dadas diretamente.

As observações foram realizadas em duas situações, a primeira delas durante os atendimentos. Observei algumas das sessões dos estagiários com seus pacientes religiosos. O intuito aqui era apenas o de conhecer um pouco mais sobre os casos que atendiam e perceber como se dá a sua prática dentro do consultório. Para isso contei com as salas de observação disponíveis no CENFOR-Psicologia. Elas possuem um vidro fumê que permite que vejamos os atendimentos, mas não sejamos vistos por quem está atendendo e sendo atendido.

Durante as conversações também utilizei o recurso da observação, no sentido de ter acesso àquilo que os estagiários podiam expressar por meio de sua linguagem corporal. Enquanto ouvia o que diziam também observava seu gestual, postura, contato visual, entre outros aspectos relevantes.

2.5 Análise de prontuários

Os prontuários dos pacientes foram analisados e aqui o objetivo era ficar um pouco mais familiarizada com a história dos sujeitos atendidos pelos estagiários. Essa análise dos prontuários também contribuiu para dar início a dinâmica conversacional e ajudou na elaboração do complemento de frases.

O exame dos relatórios de cada sessão, elaborados pelos estagiários após o atendimento, também possibilitou uma visão mais clara sobre os casos e um norte sobre como era a percepção dos estagiários acerca dos casos que estavam atendendo.

2.6 Contexto

A dinâmica conversacional e o complemento de frases foram realizados no Centro de Formação de Psicólogos (CENFOR). O local consiste em uma unidade funcional do Curso de Psicologia do UniCEUB responsável pela supervisão e orientação dos estágios que atuam diretamente em intervenção com pessoas e organizações. Tem como finalidade consolidar e aprimorar as competências e habilidades desenvolvidas no curso e, ao mesmo tempo, prestar serviços às comunidades interna e externa à Instituição.

As atividades no CENFOR de Psicologia são realizadas por alunos nos componentes curriculares Estágio Básico III, Estágio Básico IV e Estágio Específico, situados no 8º, 9º e 10º semestres do currículo. As atividades no CENFOR são supervisionadas por professores-orientadores durante todo o processo.

A clientela é composta pela comunidade universitária e pela população em geral. Procura-se beneficiar aqueles que não possuem plano de saúde ou condições financeiras que os possibilitem o atendimento psicológico particular.

O encaminhamento da clientela ao CENFOR de Psicologia ocorre por meio de instituições, empresas, hospitais e escolas que conhecem os trabalhos desenvolvidos, além da possibilidade de o interessado solicitar seu próprio atendimento.

2.7 Participantes

O estudo contou com dois participantes, um do gênero masculino e um do gênero feminino. Os dois cursavam o décimo semestre do curso de psicologia e estavam realizando atendimento a pacientes religiosos no CENFOR - Psicologia. Ao homem dei o nome de Cássio e a mulher, de Débora. Os nomes dos participantes foram mudados para garantir que suas identidades fossem mantidas em sigilo.

Débora tem 23 anos e faz estágio nos campos de psicanálise adulto, terapia centrada na pessoa, psicodrama e análise do comportamento.

Cássio tem 35 anos e faz estágio nos campos de psicodrama, terapia centrada na pessoa, psicanálise infantil e análise do comportamento.

2.8 Procedimentos

Os seguintes procedimentos só foram realizados após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa, que pedia autorização do orientador do projeto e do responsável pelo curso. O procedimento também contou com a autorização da coordenadora responsável pelos serviços realizados no CENFOR.

Primeiramente a procurei os supervisores de estágio básico III e IV no CENFOR. Os estágios ocorrem no último ano do curso. A conversa com esses professores se deu de forma a procurar por alunos que estivessem atendendo pacientes religiosos que traziam para a clínica relatos envolvendo religião. Esta demanda poderia ou não estar causando sofrimento ao atendido na instituição.

O segundo passo foi encontrar esses estagiários, informá-los sobre os procedimentos e objetivos da pesquisa através do Termo de Consentimento Livre e esclarecido - TCLE. No TCLE é informado aos participantes a garantia do anonimato e a informação de que a qualquer momento da pesquisa o seu consentimento poderá ser retirado, sem a necessidade de explicações, e que tal decisão em hipótese alguma venha lhe ocasionar qualquer tipo de constrangimento ou represália de qualquer natureza. Ficando assim assegurado o seu direito de interromper o processo de pesquisa sempre que julgar a existência de alguma forma de constrangimento.

Caso consentissem em participar da pesquisa a pesquisadora poderia então assistir seus atendimentos e, se possível ter acesso aos prontuários dos pacientes, relatórios, entre outros. Foram realizados dois encontros: no primeiro ocorreu o complemento de frases e no segundo a dinâmica conversacional, que foi gravada e transcrita.

CAPÍTULO 3 – CONSTRUÇÃO DA INFORMAÇÃO

3.1 O processo de construção da informação

No processo de construção da informação o pesquisador tem um papel importante, pois ele se posiciona a todo o momento. Porém o processo não pretende chegar a verdades que se esgotam em si mesmas ou acessar categorias que já poderiam estar prontas antes mesmo de se iniciar o processo. A informação se constrói à medida que os envolvidos desenvolvem suas ideias e leva em conta diversos aspectos, desde a tensão do momento empírico até a produção intelectual. Nada é encontrado pronto, já está evidente ou explícito. Tudo é construído (GONZÁLEZ REY, 2005).

Neste processo, o pesquisador irá atuar de forma a chegar a elementos e formas de expressão que sejam significativos para abrir suspeitas. Essas suspeitas podem ter dois destinos, ser fundamentadas por novas suspeitas ou abrir espaço para outras suspeitas. Essas suspeitas, pistas podem levar a indicadores e o conjunto de indicadores pode se constituir em hipóteses. Para González Rey (1997) esses indicadores estão em processo e se mantêm em fluxo durante toda a pesquisa. Não correspondem a categorias que possuem um valor em si mesmas. Estão sempre relacionados a outras categorias.

Partindo desse pressuposto, não há um padrão, mas sim uma interação, uma participação entre sujeitos envolvidos num processo dialógico, pesquisador e sujeito em comunicação. A partir dessa comunicação produzimos as informações, porém essas informações não se constituem como uma versão final da realidade, mas sim são a fonte para o processo de produção do conhecimento. Essa informação não será melhor ou pior dependendo da quantidade de sujeitos pesquisados, mas sim da qualidade advinda da interação entre o pesquisador e o sujeito. É essa qualidade que permite que o espaço em que se dá a relação seja constituído como um cenário de pesquisa tendo como base as necessidades das pessoas envolvidas ali (GONZÁLEZ REY, 2005).

O processo de construção da informação torna-se aqui um momento primordial e complexo do estudo, pois não se considera os materiais empíricos e nem as informações como verdades universais, como já dito anteriormente. Para González Rey (2005), o pesquisador não deve assumir um caráter indutivo-descritivo, pois, se fizesse isso, eliminaria esta dimensão de produção da informação. Isso é o que faz a diferença, ter acesso àquilo que não é observado imediatamente, pois o autor justifica que o acesso ao sentido subjetivo surge de forma indireta, ele se dá nas manifestações gerais, nos comportamentos e expressões, gestos e postura e não somente naquilo que o sujeito possa vir a falar ou escrever. É nesse sentido que o papel do pesquisador se faz importante. Ele deve ter uma postura ativa e ser responsável pela informação construída. Não pode ser apenas alguém que coleta informações, precisa ser muito mais que isso e precisa também saber que o resultado da pesquisa não se esgota ao seu fim, mas sim abre espaço para novas discussões (GONZÁLEZ REY, 2002). Assim pode-se dizer que algumas das características do processo de construção da informação são seu caráter hipotético e mediato. Aqui se permite a incorporação de uma série de instrumentos metodológicos e conta com situações vividas que são refletidas na experiência do sujeito (GONZÁLEZ REY, 2005).

Sobre os “dados” de pesquisa, estes fazem parte do processo no sentido de se alcançar a legitimidade do conhecimento produzido. Para González Rey (2005), não há uma etapa de “coleta de dados” na pesquisa, visto que o “dado” é produzido e não coletado. O significado que se atribui ao “dado” está relacionado a uma produção humana, esta devendo estar aberta a novas informações que a realidade pode proporcionar. Então o que é construído teoricamente depende de uma dimensão interpretativa do pesquisador. O que ele entende depende da diversidade e riqueza de informações que lhe são disponíveis, são os trechos vivos do sujeito pesquisado. Trata-se então de uma dimensão interpretativa dos sentidos subjetivos.

Para colaborar na construção da informação, foram utilizados aqui a dinâmica conversacional e o complemento de frases. A dinâmica conversacional parte do princípio que podemos acessar sentidos subjetivos produzidos pelo sujeito, pois temos com ela acesso a sua fala reflexiva e experiência pessoal. É ressaltado, contudo, que um sentido subjetivo é algo que se percebe indiretamente. Não é um conteúdo explícito, consciente, derivado da reflexão do sujeito, mas uma produção

simbólico-emocional singular que se organiza em uma lógica configuracional. O pesquisador aqui aparece com o papel de facilitador do diálogo e procura recuperar o sujeito em seu papel de sujeito produtor e ativo ao construir suas experiências (GONZÁLEZ REY, 2005).

Quanto ao complemento de frases, este se constitui como um agrupamento de frases, com alguma ligação entre si e promove a entrada em campos de sentidos complexos. O instrumento promove a formação de desdobramentos durante a pesquisa, produz indicadores que são fundamentais para possibilitar o entendimento do problema estudado (GONZÁLEZ REY, 2005).

Dito isto, pode-se entender então que a construção da informação é um processo que ocorre durante toda a pesquisa e se organiza por meio dos indicadores, sentidos e configurações subjetivas que construímos a partir dos instrumentos utilizados.

Por seu caráter construtivo-interpretativo, na Epistemologia Qualitativa o processo de interpretação da informação não se constitui como um momento final e conclusivo que ocorre após a experiência de coleta das informações. González Rey (2002) defende que a interpretação acontece também durante todo o processo de pesquisa. Em sua teoria, ele afirma que o empírico e teórico não são indissociáveis. Aqui o pesquisador elabora conteúdos a partir de informações produzidas pelos sujeitos no momento empírico. O desenvolvimento dessas categorias resulta na identificação dos indicadores, elementos estes que só adquirem significação a partir da interpretação do pesquisador, ou seja, não são construídos diretamente, só podem ser construídos tendo como base informações implícitas e indiretas. Cabe ressaltar que eles não determinam uma conclusão do pesquisador. Eles representam um momento em que o pesquisador constrói hipóteses em cima das informações acessadas. Ao desenvolver esses indicadores o pesquisador é levado ao desenvolvimento de novos conceitos. Trata-se, portanto, de um processo contínuo que não busca elaborar resultados finais para serem tomados como resultados universais, mas sim produzir novos conhecimentos que produzem e aprofundam a construção do conhecimento por parte do pesquisador.

O processo acontece por meio da lógica configuracional e assim supera os processos de dedução e indução, pois o pesquisador é aqui colocado como foco

quando se fala no processo produtivo. O pesquisador então assume papel ativo nas decisões que toma no decorrer da pesquisa, pois não há regras definidas a priori. As situações vão ocorrendo e orientam suas decisões e reflexões, estas podem ser permeadas por momentos de conflitos, incertezas e contradições. A lógica configuracional se constitui como uma hipótese sobre como se organiza a subjetividade. Junto a esse processo está o de generalização, que em Epistemologia Qualitativa é entendido de uma maneira específica, como um processo construtivo. Generalizar aqui é então integrar elementos que antes não tinham relação entre si (GONZÁLEZ REY, 2002).

Os casos particulares então tem importância no processo de generalização. O que é generalizado aqui não são os resultados, mas a construção teórica advinda das análises de informações produzidas por aqueles que participaram da pesquisa. Quando se destaca o processo teórico, casos particulares passam a ser valorizados, pois há casos em que apenas um sujeito possibilita ao pesquisador novos desafios já que podem expressar sentidos subjetivos não identificados em informações fornecidas anteriormente e assim podem gerar ideias e reflexões novas com enorme potencial generalizador (GONZÁLEZ REY, 2002).

3.2 Construindo a informação

Com base na transcrição das gravações de conversações realizadas com os alunos que atendem pacientes religiosos no CENFOR, a observação de seus atendimentos, o exame dos prontuários de pacientes e os conteúdos expressos no complemento de frases, dou prosseguimento então à construção da informação tendo como base as teorias já citadas no presente trabalho. Os tópicos aqui foram estruturados de tal forma a permitir que se possa percorrer as informações disponíveis e assim entender mais sobre o tema pesquisado.

Foram dois os sujeitos de pesquisa, que são apresentados abaixo com nomes fictícios. Falarei um pouco de cada um deles, construindo a informação a partir das conversações, observações e do complemento de frases. Um dos pesquisados foi Débora, 23 anos, estudante do décimo semestre de psicologia.

Atualmente atende três pacientes na clínica que trazem relatos relacionados às suas religiões para o consultório. Ela atende nas abordagens de psicanálise adulto, terapia centrada na pessoa, psicodrama e análise do comportamento.

Débora evidencia mais alguns aspectos sobre si por meio das frases que completou.

Eu sou o que penso.
Meu sonho é me formar e ser uma profissional competente.
Minha vida é muito feliz.
Minha família é tudo para mim.
Meus problemas possuem soluções.
Lamento não ter tanto tempo para fazer as coisas que gosto.
Sofro quando vejo profissionais da minha área sem ética.
Me arrependo de ter dito algumas coisas em momentos de raiva.

Débora acredita que aquilo que pensa a constitui como pessoa. A estagiária apresenta uma perspectiva positiva em relação a sua vida e família e possui planos em relação a sua formação profissional. Sobre esse aspecto faz um comentário relacionado aos profissionais de psicologia que não possuem comprometimento ético. Essa postura indica que muito provavelmente a aluna se preocupa com suas condutas e procura seguir o Código de Ética Profissional do Psicólogo. Apesar de ter uma boa perspectiva em relação a sua vida, ela também reconhece que tem problemas, porém todos eles podem ser solucionados, o que indica uma autossuficiência por parte do sujeito, visto que acredita ser senhora de sua própria vida e ter o necessário para resolver suas questões. Seus arrependimentos estão relacionados às suas atitudes em momentos de raiva, o que pode indicar que a estagiária provavelmente não tenha controle sobre suas ações em momentos que se encontra alterada. Demonstra também ter uma rotina atribulada, visto que afirma não ter tempo para fazer aquilo que gosta. A estagiária relatou estudar no período da manhã e fazer estágios nos demais períodos do dia. Assim acaba não lhe sobrando tempo entre os afazeres diários.

O segundo sujeito é Cássio. Também é estudante de psicologia do décimo semestre e trabalha num cargo ligado a segurança pública. No momento também se encontra atendendo três pacientes que fazem referências a suas religiões nos atendimentos psicoterápicos no consultório. Cássio tem 35 anos e faz estágio no

CENFOR nos campos de psicodrama, terapia centrada na pessoa, psicanálise infantil e análise do comportamento.

Um pouco mais sobre Cássio podemos perceber por meio do complemento de frases:

Eu estou na luta.

Meu sonho é ser realizado profissionalmente.

Minha vida é as coisas e pessoas de quem eu gosto.

Minha família é fonte segura de apoio e respeito.

Meus problemas são pequenos diante da minha determinação em conseguir o que é importante pra mim.

Lamento por não ser rico.

Sofro quando me frustro.

Me arrependo de não me arriscar mais.

Cássio se constitui como um sujeito em movimento, afirma estar na luta, o que pode indicar uma luta diante dos impasses que lhe são apresentados em sua trajetória. O estagiário indica ser uma pessoa muito preocupada com as pessoas ao seu redor, aqueles a quem tem afeto, tanto que resume sua vida a eles. Sua família se constitui como uma referência de vida. Ele demonstra ter passado por momentos difíceis em sua história e comparado a Débora parece apresentar uma postura menos otimista diante dos problemas, visto que em seu complemento de frases ele relaciona palavras como frustrações e falta de coragem para tomar certas atitudes, se arriscar. No entanto demonstra uma postura batalhadora diante das adversidades, o que pode resultar tanto em vitórias como em derrotas diante dos problemas que lhe são apresentados. Tanto Débora quanto Cássio demonstram uma preocupação em relação ao futuro profissional.

3.2.1 O atendimento a pacientes religiosos: Como procedem, desafios e limitações

Comecei a conversação com os estagiários de psicologia informando-lhes o título de minha pesquisa e explicando meus objetivos de trabalho, os quais eram: compreender como é a percepção do profissional de psicologia sobre temáticas religiosas, observando como se dá a escuta do psicoterapeuta sobre temas relacionados a religião e entender como se dá o processo psicoterápico quando o

paciente expressa suas experiências e dilemas existenciais nos termos e segundo os valores da religião que segue. Pedi que falassem um pouco sobre essas questões pensando nos casos que atendem no CENFOR, nos seus pacientes que trazem questões pensadas a partir de uma ótica religiosa para o consultório. As conversações foram realizadas em consultórios de atendimento psicológico no CENFOR. Pesquisador e pesquisado se achavam sentados em poltronas dispostas uma de frente para a outra. O pesquisador se preocupou em manter sua postura ativa e fazer com que os pesquisados se sentissem à vontade para se expressar durante os diálogos, o que possibilitou o aparecimento do que González Rey (2002) chamou de climas de segurança, tensão intelectual, interesse e confiança.

Débora atende um ex-pastor em seu estágio de psicanálise e comenta que sua queixa não é diretamente voltada a religião, porém ele sempre fala de Deus e está a todo momento pedindo coisas para Ele, como ajuda para melhorar de seu estado depressivo. Deus para o paciente consiste numa referência de sentido. Ele acredita que sua melhora se deve exclusivamente a Deus, mas quando se encontra em estados que sua depressão está acentuada ele pede a Deus que leve sua vida. A figura de Deus, portanto está profundamente presente em suas vivências.

Diante do caso mencionado acima temos a seguinte expressão da estagiária.

Débora: Assim... quando ele falava eu simplesmente ouvia e acolhia aquilo. Eu não falava, não perguntava... assim, eu não perguntava nada que fosse referente a religião dele. Ele tem aquela crença e ponto. Mesmo que eu não acredite ou concorde ou discorde, eu não faço nada, é... nada que vá de encontro com isso, nada que bata de frente ou que concorde com ele. Não! Ele fala, eu ouço e ele segue a fala, né?

Observa-se uma certa tensão na fala de Débora. Em seu discurso ela apresenta muitas pausas, momentos em que se encontra pensando no que vai dizer, escolhendo palavras. Sua postura corporal mantém-se sem mudanças. Ao mesmo tempo em que a estagiária procura fazer aquilo que é esperado nos atendimentos clínicos e se dispõe a fazer com que o paciente se sinta acolhido em tudo que ele traz, preocupando-se em não concordar e nem discordar do que ele diz, percebe-se também um certo desconforto com os conteúdos de ordem religiosa trazidos pelo paciente, que nem sempre vão ao encontro das crenças da estagiária,

e que mesmo de forma implícita pode indicar um julgamento por parte da terapeuta, justamente por essa preocupação extrema com o não julgar e não interferir. É interessante também pensar que essa escuta que se mostra acolhedora não vem acompanhada de um feedback por parte da psicoterapeuta, o que é ensinado em psicanálise, porém o que chama a atenção é o fato de a estagiária declarar em seu discurso que não perguntava nada ao paciente que fosse referente a sua religião, o que pode indicar uma falta de preocupação com uma dimensão tão importante do sujeito.

Esse comportamento por parte da estagiária nos remete ao que Neubern (2013) trata em seu livro, sobre o profissional de psicologia, que para ser reconhecido por seus pares precisa deixar de lado sua própria espiritualidade ou até mesmo mantê-la em segredo. Assim o que é dito pelo paciente pode acabar por ser suprimido ou não receber atenção necessária. Também podemos pensar a posição do psicoterapeuta diante de um problema, se ele se coloca a compreendê-lo ou simplesmente ignorá-lo.

O que Débora relata em sua fala é uma preocupação com o bem-estar do cliente, em fazê-lo se sentir aceito e acolhido. Sua atuação se dá de forma a não interferir nas questões religiosas que o paciente traz para a clínica. Procura manter um posicionamento neutro e acredita que não lhe cabe demonstrar juízo de valor. O importante é única e exclusivamente ouvir. Não concordar e nem discordar. Apenas servir de ouvidos para aquele que a procura no intuito de dividir aspectos de sua vida. Contudo, este apenas escutar, uma tática clássica de acolhimento em psicoterapia, pode acompanhar a impossibilidade de escutar certos conteúdos, bem como de compreender o lugar que eles ocupam na subjetividade dos pacientes, ou seja, nos remete a questão da escuta seletiva resultante da formação profissional que indica quais conteúdos podem e quais não podem ser trabalhados no consultório.

Os estagiários afirmam que durante o curso aprendem sobre a importância do acolher e do escutar, mas não sobre como lidar com determinados assuntos mais delicados, como quando é falado sobre aspectos relacionados a religião. Não é aprendido como lidar quando essas questões surgem, o que é bem evidenciado pela estagiária em seu diálogo. Não é que exista uma forma correta de lidar com o

paciente religioso, mas sim que poderia haver mais espaço no curso, talvez até mesmo disciplinas mais específicas, que possibilitassem aos estudantes criar uma sensibilidade cultural no sentido de ajuda-los a trabalhar as questões religiosas no consultório. Marques (2013) trata dos desafios da integração da espiritualidade no ensino superior, apresentando práticas educativas e atividades desenvolvidas em vários cursos. O autor percebe que nas instituições americanas o tema da espiritualidade tem recebido uma importância maior e chama a atenção para o número pequeno de publicações sobre esse tema em português e espanhol. Cabe ressaltar que no Brasil, por se tratar de um país onde a diversidade religiosa é bem marcada, fica destacada a ausência do tema nas instituições de nível superior. Bairrão (2013) apresenta os principais desafios de um estudo sobre religião nos meios acadêmicos e científicos. O autor observa que experiências e práticas consideradas religiosas são universais em todas as sociedades e aponta para o fato de que nem o psicológico e nem o sagrado possuem objetos óbvios, tangíveis e extensos, daí a dificuldade em trabalhá-los.

Nos atendimentos na clínica psicológica é prática comum deixar que o sujeito fale livremente sem procurar entender o que aquele conteúdo significa pra ele, ou seja, no caso deste estudo, qual o lugar da religião em sua vida e o que ela representa.

Cássio atende uma paciente que sofre de transtorno bipolar, esta apresenta o quadro há mais de trinta anos. A história de sua paciente está relacionada a muitas perdas de familiares, mas o que mais lhe causa sofrimento é a perda de um de seus irmãos, do qual era muito próxima. Ela não tem uma religião definida, porém se identifica muito com o espiritismo, pois este lhe trouxe consolo pela morte de seu irmão.

A paciente de Cássio chegou até mesmo a perguntar se poderia falar sobre suas crenças e situações relacionadas a religião. Ela chegou a perguntar se poderia trazer uma carta psicografada do irmão. Cássio fala um pouco sobre essa questão:

Cássio: Então isso aí foi uma coisa que ela trouxe que eu achei relevante e que eu não... eu não confrontei, entendeu? Porque pra ela é muito importante e ela mesma perguntava se... se poderia falar desse assunto, se isso me incomodaria se ela falasse. Eu falei que não, não tinha problema ela falar. Que tudo que era importante, assim... que não teve problema ela falar, que ela poderia ficar à vontade para falar de tudo que ela quisesse.

O que o trecho mostra é que o estagiário pareceu se surpreender com a postura da paciente, no entanto não interferiu e agiu de forma a deixar o espaço aberto para que ela manifestasse aquilo que lhe era importante. Cássio afirmou que ali era um ambiente para a paciente trazer tudo o que quisesse. No entanto, ao trazer questões mais delicadas, cabe pensar de que forma o estagiário agiria, se como diria Neubern (2013) diante de um problema nesse sentido ele atuaria de forma a compreendê-lo ou ignorá-lo.

No decorrer das sessões a cliente de Cássio relatou sobre uma sobrinha sua, médica, que veio passar um tempo em sua casa. A sobrinha queria animar a tia e fazê-la ficar bem, modificar sua rotina, porém tinha uma orientação religiosa diferente daquela da tia, a sobrinha era evangélica. O que acontecia é que a tia admirava a fé da sobrinha, mas não recebia uma contrapartida em relação a isso. A sobrinha era muito contrária àquilo em que ela acreditava e demonstrava isso abertamente. As duas não chegavam a discutir, mas o comportamento da sobrinha incomodava a tia. Ao expressar mais sobre a história da paciente, Cássio aproveita para relatar como é pra ele trabalhar com a religião:

Cássio: Trabalhar com religião pra mim é uma coisa que eu tento abordar como um outro assunto qualquer que faz parte da vida do cliente. E à medida que eu for percebendo que a religião dele de alguma forma tá influenciando na queixa que ele tá me trazendo, do sofrimento dele, aí eu começo a...a levá-lo a refletir sobre os valores que ele tem e sobre a prática religiosa que ele possui, se isso tiver alguma interferência com a queixa... tiver direcionada com a queixa que ele tá me trazendo. Se eu achar, se no decorrer do processo eu perceber que não tá influenciando, que tá até ajudando, isso não vai ser alguma coisa que eu vou, é... ressaltar. Entendeu? Eu, assim, posso até ressaltar pelas características positivas, mas não querer... não vou querer confrontar esses valores, entendeu? Só vou confrontar esses aspectos religiosos se isso tiver trazendo um sofrimento, tiver trazendo malefícios pra eles, entendeu?

Ambos, tanto Cássio quanto Débora tem essa preocupação de ouvir e acolher. Os dois são contrários a confrontar diretamente aquilo que o paciente traz, procuram não julgá-lo, porém de uma forma um tanto implícita podem acabar por fazê-lo. Ambos os estagiários afirmam não ser religiosos, o que pode influenciar em suas formas de ver o mundo e as crenças dos seus pacientes, tanto que Cássio traz um diferencial em seu atendimento. Ao mesmo tempo que tenta tratar a religião como qualquer outro assunto ele também procura perceber até que ponto aquilo pode estar interferindo na vida do sujeito. Se o que ele fala estiver relacionado com

a queixa que ele trouxe, Cássio intervém buscando fazer esse sujeito refletir, fazer ele pensar a respeito daquilo, se está sendo algo bom ou não. Caso não esteja trazendo conflitos ou malefícios, então ele não se foca na questão. O que importa é trabalhar aquilo que lhes cause sofrimento.

Tanto em Débora, quando relata o caso do pastor que está constantemente pedindo ajuda a Deus, como em Cássio, em sua preocupação ao trabalhar as temáticas religiosas nos relatos de sua paciente somente se estiverem lhe causando desconforto, percebe-se essa questão do sofrimento muito presente. Geertz (1989/2008) defende que a religião é vista como um amparo contra os males, portanto a preocupação não seria em evitar o sofrimento, mas sofrer da melhor forma possível, ou seja, tolerar e suportar os males, perdas e dores que nos afligem. Para a cliente de Cássio, o espiritismo se converteu em uma fonte de consolo para fazê-la suportar a dor da perda de seu irmão. Essa hipótese vai ao encontro da tese defendida por Rabelo et alii. (2002), de que através da experiência religiosa podemos ressignificar o sofrimento. Ou seja, a doença passa a ser reinterpretada nos termos da religião. Isso significa dizer que o problema acaba saindo da ordem da materialidade para ser colocado na dimensão do sagrado. Através da ressignificação da experiência religiosa, vai haver uma mudança no posicionamento do indivíduo, uma mudança de conduta, que vai ter repercussões em seu cotidiano. Fica claro que a posição de Rabelo et alii (2002), condizente com as terapêuticas religiosas populares no Brasil, aponta para a possibilidade de uma resolução do sofrimento por meio de uma via religiosa, diferente da hipótese de Geertz, segundo a qual o sofrimento, ao ter um significado, torna-se sofrível.

Os estagiários continuaram apresentando as histórias de seus pacientes. Débora comenta atender uma outra cliente em psicodrama, esta não tinha muito o costume de falar sobre religião, tem 59 anos e é católica, religião majoritária no país apesar de vir perdendo adeptos já há algumas décadas, segundo os dados do censo (IBGE, 2010).

A paciente é casada com um homem de 80 anos e pensa em se separar. Trouxe preocupações para o consultório relacionadas a este fato. A paciente afirmou ter lido na Bíblia que mesmo depois que se separasse, se ela iniciasse um relacionamento com outro homem, ela estaria traindo o homem com quem havia sido casada. Ela apresentou uma preocupação muito grande com essa questão e

tinha a tendência de fazer perguntas a todo momento para a estagiária sobre o que ela achava disso. A estagiária então prosseguiu.

Débora: Aí eu falei: O que é que você acha? Devolvi a pergunta pra ela. Foi o único momento que eu tive que..., que a pessoa assim... pediu minha opinião. Meu pensamento sobre... sobre essa questão. , eu devolvi a questão porque se ela tava trazendo aquilo é porque tava incomodando, né? Então na verdade ela não queria... Acho que ela não queria saber o que eu pensava. Ela queria ter o pensamento dela. Eu perguntei: O que é que você acha? Ela desenvolveu dizendo que não achava aquilo certo e que o importante era a pessoa ser feliz, disse que não entendia aquilo como traição já que não estava mais com a outra pessoa.

Aqui o recurso utilizado por Débora diante da demanda da cliente foi devolver a pergunta que esta tinha lhe feito, mais uma vez uma clássica estratégia psicoterápica. A cliente apresentou uma questão que lhe causava incômodo e fez uma pergunta a terapeuta. Ao devolver a pergunta a cliente refletiu sobre aquilo e então ela mesma respondeu a seus questionamentos, suas dúvidas.

Débora comenta que a cliente apareceu com muitas dúvidas no início do processo terapêutico e assim fazia muitas perguntas. O seu objetivo aqui é trabalhar a autonomia dela, sua responsabilidade para com aquilo que deveria ser seu, para que ela pudesse fazer as coisas por si mesma, o que corresponde ao ideal psi do *self* autônomo e responsável, analisado por Rose (2011). A estagiária continua sobre o assunto.

Débora: Nunca respondia nenhuma dessas questões. Assim... Do jeito que ela gostaria de receber a resposta. E como o psicodrama era mais livre eu também sou mais livre dentro do consultório. Eu posso devolver a pergunta, posso refletir o sentimento. Depende de como tá aquela sessão. Aí eu só devolvi a questão.

A estagiária demonstra que, dentro da abordagem em que atende a cliente, ela tem mais liberdade em suas posturas e formas de lidar com as questões trazidas. A cliente é atendida no estágio de psicodrama. Dentre um leque de possibilidades ali disponíveis, ela devolveu a pergunta à cliente, fazendo-a pensar a respeito do que disse. A estagiária então criou uma situação para evitar que a cliente apenas fizesse perguntas, mas que também refletisse e pensasse sobre elas, respondendo-as por conta própria. Ela investiu na capacidade da cliente de dar respostas diferentes a determinadas situações.

Percebe-se também que os estagiários têm uma certa dificuldade em agir segundo o que é esperado no estágio do qual participam, isso porque por fazerem estágios em diferentes campos da psicologia eles terminam por utilizar elementos de uma prática psicoterápica em outra, como quando falam de comportamentos ao estarem se referindo ao psicodrama ou utilizam técnicas psicodramáticas em seu estágio de psicanálise. Quando digo isso não quero dar a entender que o estagiário deve se fechar a um conjunto de técnicas de apenas um campo psicoterápico, mas sim que o momento do estágio, por ser um período de treino, pede uma certa organização quanto a esses aspectos.

Cássio contou também sobre mais um de seus pacientes. Este procurou a terapia a pedido de sua esposa. Os dois seguem a umbanda, religião ecumênica e de origem afro-brasileira que trata de manutenção energética, ou seja, formas de se movimentar as energias positivas e negativas. As energias positivas devendo ser movimentadas de forma útil, em favor do sujeito e dos que com ele convivem. E as negativas, movimentando-as no sentido de limpá-las, afastando-as da vida do sujeito.

Para a religião que seguem, tudo precisa estar equilibrado energeticamente e para o cliente isso é um problema, pois nem sempre ele está disposto a chegar num equilíbrio para agradar a esposa. Os carinhos e as relações sexuais só acontecem após esse equilíbrio. A esposa o pediu para procurar o atendimento, pois acredita que ele precisa ser mais sensível, mais aberto. Exigência também da religião que seguem. O cliente comenta que não tem autorização para se aproximar de sua mulher sem que ela permita. Todo o contato, sejam beijos e carícias, dependem de uma aprovação dela, visto que os dois devem estar em sintonia, em equilíbrio energético. O paciente traz que todas essas questões lhe incomodam, pois em sua maioria ele não consegue se aproximar da esposa por não estar com suas energias equilibradas. Esses impasses acabam por interferir em seu cotidiano.

O casal tem uma filha e os dois têm toda uma expectativa referente a essa criança. Os dois acreditam que essa criança veio para mudar o mundo, pois nasceu em uma geração mais sensível e aberta a diversas questões. Assim eles a educam para essa finalidade. Com isso Cássio prossegue em sua fala.

Cássio: Eu pergunto... eu... eu começo a questionar que às vezes ele reclama que a vida dele não tá da forma que ele queria e ele sempre responsabiliza isso, no caso a Deus, apesar dele ter essa religião lá, ele responsabiliza a situação dele, como está agora a Deus e aí eu faço ele questionar o que é que acontece quando a gente só responsabiliza a Deus. Qual seria a parte que caberia a ele pra resolver as coisas. O intuito é fazer pensar. Não pra que ele largue, que ele abandone a igreja, a religião, mas pra saber qual o peso que a religião tem no comportamento deles é... cotidianamente, entendeu? E essa questão também da criança, por exemplo, é... e se essa criança não quiser corresponder aos valores que seus pais definiram como é o ideal e como a religião deles espera que ela cumpra? Entendeu? Então o objetivo é fazer pensar.

Aqui percebe-se uma preocupação do estagiário em fazer o cliente refletir sobre as situações que traz para as sessões de psicoterapia. O estagiário também tem uma preocupação de trabalhar esse paciente em sua responsabilização individual, mais uma vez em consonância com o ideal psi de *self* normativo (ROSE, 2011), a parcela que ele tem em tudo que faz ou que lhe acontece, pois tudo que ele traz tende a responsabilizar a Deus, ou seja, o estagiário se preocupa com a orientação religiosa do cliente, mas faz com que ele questione suas crenças quando estas tendem a lhe causar sofrimento. A questão do sofrimento aparece aqui novamente.

Continuarei então analisando elementos que surgiram na dinâmica conversacional com relação a casos clínicos atendidos pelos estagiários. A terceira e última cliente que Débora apresenta é atendida na análise do comportamento. Ela tem frequentado mais a igreja católica desde que começou a namorar. A cliente vive um relacionamento casto, um “namoro santo”, ou seja, sem sexo. No entanto, nem a cliente e nem o namorado são virgens, porém ela vem de relacionamentos que considera fracassados e nesse ela optou por fazer as coisas de um modo diferente. Suas sessões são todas praticamente voltadas para seus relatos sobre o namoro. Débora prossegue quanto a esse assunto.

Débora: Eu não critico, eu não concordo, não discordo, não reforço. Ela mesmo fala, fala a importância disso para ela. O que eu acho importante assim é saber a importância daquilo pra pessoa. Então se pra ela tem uma função, tem um sentido, faz bem, sei lá, ótimo. Entendeu? É isso.

Aqui Débora continua a se mostrar preocupada com sua atuação, ressalta que sua intenção não é a de repreender ou apoiar as atitudes da cliente, mas nesse caso pretendia saber a importância desse comportamento para o paciente, até mesmo no sentido de entender até que ponto isso interferia em sua vida. A

estagiária teve então uma preocupação em compreender o sentido da religião para sua paciente, o que se coloca como um aspecto importante de trabalho na psicologia.

Débora: Nesse caso específico eu achava interessante saber qual era a importância daquilo pra ela. Eu acho interessante também a cliente saber se o namoro casto em si tava trazendo benefícios para a vida dela, para aquele relacionamento. Se ela via benefícios de fato nisso. Entendeu? Então assim... Nunca me interessou... Assim, não que nunca me interessou, mas eu não, eu não sentia necessidade de saber se a religião em si fazia bem pra ela porque ela nunca trouxe, é... nenhum questionamento sobre isso, nenhuma demanda voltada pra isso, entendeu? A única coisa que ela trouxe mais foi esse relato do namoro santo. E eu queria saber a utilidade disso pra ela. Se ela tava levando isso como um esforço ou se estava sendo natural, se tava tranquilo pra ela e de fato ela disse que era um desejo, que ela sempre quis fazer isso, né? Se guardar e ter um namoro de acordo com a religião, de acordo com os preceitos religiosos e ela disse que fazendo isso, ela sentiu que o namoro dela tava mais abençoado. Quem sou eu pra dizer qualquer coisa sobre isso?

Aqui a estagiária expressa mais uma vez certa tensão com relação à orientação religiosa de seus/suas pacientes, particularmente no que diz respeito àquilo que fazem. O que parece incomodá-la é até que ponto o que dizem e falam realmente condiz com seus desejos ou se só estão seguindo aquilo que é professado pela religião em que se inserem. A preocupação maior, segundo a estagiária, é o cliente. Mas o ponto delicado aqui é a suposição que a psicoterapeuta é quem tem a capacidade de avaliar se determinado posicionamento assumido por coerência à orientação religiosa é ou não causador de sofrimento, pois é dessa posição que se exerce um poder psicológico sutil. Se ela percebe que aquilo não lhe faz mal, não lhe causa sofrimento, então não é algo que vá ser trabalhado. Mas a estagiária também afirma que o cliente deve perceber por conta própria, ela não interfere ou aconselha nessas questões.

Débora: Se tiver causando sofrimento a pessoa tem que perceber isso. Não é eu perceber. Nossa! A religião tá causando sofrimento pra ele. A pessoa tem que perceber isso, né? A pessoa percebendo isso aí eu acho que... é... eu acho que já é 50% do caminho. Mas de qualquer forma, é... eu não... não ditaria regras. Olha, isso daqui tá fazendo mal pra vc. Vamos deixar de ir pra igreja? Vamos deixar de fazer esse ritual aí? Né? Ou então ficar batendo de frente com ela, com a pessoa. Você acha que isso é importante pra você? Não! Tem que ser da forma mais natural possível e a pessoa que tem que trazer isso. A pessoa tem que sacar que tem que expor isso.

Aqui ela relaciona o pressuposto básico da psicoterapia, de que o cliente é o responsável pelo seu processo de mudança. A estagiária pode até ser responsável por fazê-lo pensar e refletir sobre os assuntos, o que condiz com a posição de Rose

(2011), quando diz que o expert exerce poder sobre as subjetividades por meio de sua autoridade científica socialmente reconhecida.

A estagiária comenta que mesmo em abordagens mais diretivas, como por exemplo, a análise do comportamento, ela não se sente muito à vontade para direcionar o processo e até mesmo nelas suas perguntas são abertas, no sentido de promover a reflexão, fazer a pessoa pensar. A intenção é fazer com que a pessoa compreenda as questões que vem trazendo. Nada deve ser lhe dado pronto pelo terapeuta. Aparece aqui, mais uma vez, uma tensão entre o respeito à autonomia da/o paciente e a intenção de intervir sobre situações que a estagiária avalia como fonte de sofrimento ou restrição de liberdade individual.

Débora: Tem umas perguntas bem tapa na cara, né? Mas eu não me sentiria à vontade pra fazer. De repente... Não sei se seria correto, talvez não, não sei, mas assim... Ah, você acha que isso é importante? Você não tá vendo... É, você percebe que isso faz mal, alguma coisa assim, né? Não, não faria isso. Procuro evitar perguntas fechadas e muito diretas.

A estagiária comenta que só houve uma situação em que precisou levar algum relato com temática religiosa para seu orientador-supervisor. Em outras situações, quando o cliente chegava com algum relato nesse sentido logo ele mesmo desenvolvia para outros assuntos ou percebia que aquele não era um problema com o qual precisava lidar. O momento em que Débora levou alguma questão de religião para a supervisão foi quando começou a chamar-lhe atenção a cliente que comentou estar num namoro casto, um namoro sem sexo.

Débora: Então, assim, além dela falar que faz muito bem, que é muito legal, que Deus tá abençoando eu perguntei pra [ela] se, assim, se o seu namorado não tivesse concordado, como seria? Ela disse que continuaria namorando e não teria um namoro casto.

Com esse relato da cliente, Débora foi chamada a refletir e então comentou com seu supervisor. Os dois então pensaram que talvez o motivo por trás de suas intenções não fosse só de ordem religiosa, mas o medo de perder o namorado. Pensando nisso, o professor, analista do comportamento, a orientou a explorar outros reforçadores para a cliente, para que seu discurso não ficasse somente voltado para o namorado.

Nesses últimos trechos, Débora relata sobre sua preocupação em descobrir o que pode estar por trás dos comportamentos de sua cliente. Assim ela busca os antecedentes para seus comportamentos e também as contingências que os

reforçam. Conforme Moreira e Medeiros (2007), na clínica comportamental são trabalhados, entre outros fatores, o sujeito e seus reforçadores, o que possibilita fazer análises funcionais de seus comportamentos. Skinner (1969/1975) afirma que para realizar análises funcionais deve-se estar atento às contingências reforçadoras do comportamento, para tanto analisa as interações entre o organismo e o seu ambiente pensando na ocasião no qual ocorreu a resposta (seus antecedentes), na própria resposta (comportamento) e nas consequências reforçadoras. A relação entre as três constitui as contingências de reforço.

Voltando ao segundo participante, Cássio, este finaliza contando sobre o último de seus clientes que trouxe relatos de experiências religiosas para a clínica. Trata-se de uma estudante de psicologia com dificuldades de aprendizagem. A paciente tem se saído muito mal em suas provas e fica angustiada, pois quer estudar e não consegue. Durante as sessões foram aparecendo outras questões, como abandono por parte dos pais e dificuldades de se relacionar sexualmente com o sexo oposto. A paciente tem um noivo com o qual ainda não teve relações sexuais e não sabe se quer mesmo se casar. Eles ainda não se relacionaram sexualmente, o que está em conformidade com os preceitos de sua religião. Os dois são evangélicos e sua religião afirma que o sexo só pode ocorrer depois do casamento.

Cássio: Aí nesse ponto entrou no aspecto da religião e eu questionei até que ponto isso era uma coisa que ela estava deixando de fazer por questões da religião ou por dificuldades dela mesma de lidar com essa questão do sexo, entendeu? Eu deixo o cliente à vontade pra ele trazer as coisas da religião dele. Sem interferir, sem eu dizer se eu concordo, se eu discordo. Eu simplesmente ouço e dou valor no que ele acredita, porque faz parte pra mim também isso. Pra algumas pessoas faz parte e eu aceito isso, entendeu? É isso!

Em seus relatos, tanto Débora quanto Cássio demonstram uma preocupação em seguir o que lhes foi ensinado no curso, mas também em utilizar adequadamente os métodos de cada campo psicoterápico, apesar de muitas vezes se confundirem quanto à forma de atuação. Em suas falas comparece uma incerteza sobre como lidar com clientes que trazem a temática religiosa em seus relatos, até porque essas questões são pouco vistas durante o curso. O atual currículo nacional de psicologia não oferece muitas oportunidades para se discutir o tema da religiosidade, nem para formar uma sensibilidade cultural que possibilitasse aos estagiários lidar, com maior desenvoltura, com pacientes religiosos na clínica. Lembrando que por ser a religião algo central e estruturante para tantos brasileiros,

esse conhecimento se faz primordial para a atuação do profissional de psicologia. A base que lhes é dada no curso ao estudarem as teorias em psicologia permite que saibam aquilo que não devem fazer, ou seja, criticar e ir em desacordo com o que o cliente fala, por mais que se distancie daquilo que pensam. Porém isso ainda é insuficiente, pois os estagiários se mostram inexperientes para atuar quando o paciente traz questões relacionadas a sua religião para o consultório.

Em suma, o que se evidencia é que, ainda que haja um posicionamento sensato, de modo geral, diante da presença da temática religiosa no contexto da psicoterapia, ambos estagiários lidam com estas questões por meio de estratégias genéricas e posicionamentos baseados em princípios gerais de prática clínica ou procedimentos mais específicos recomendados pelas respectivas abordagens, que se aplicariam indistintamente a quaisquer outras situações. Mas não há uma sensibilidade ou reflexão específica sobre a religiosidade e sua dimensão constitutiva na subjetividade de seus clientes.

3.2.2 A religião dos estagiários de psicologia clínica

Cássio nos revela alguns aspectos relacionados às suas crenças durante a dinâmica conversacional.

Cássio: Eu não sou uma pessoa religiosa, de frequentar uma igreja, de estar todo domingo assim, mas ao mesmo tempo eu acredito em Deus, eu acredito que tem uma coisa maior que... que rege tudo, sabe? Mas ao mesmo tempo eu acho que a religião é uma coisa que, querendo ou não traz muito sofrimento para as pessoas. Traz muitas coisas boas, mas também traz muito sofrimento e nem todo mundo, na minha opinião, nem todo mundo consegue lidar com isso de uma maneira, é... saudável, sabe? Tem pessoas que focam demais na religião e às vezes acabam ficando com uma visão muito restrita da vida.

No fragmento acima, podemos perceber que Cássio não se vincula a uma religião em específico, mas acredita em um ser superior, Deus. Para ele, assim como a religião pode se converter em algo bom para o sujeito ela também pode restringi-lo e assim causar-lhe sofrimento. Tudo depende então da visão do sujeito. Para Cássio o paciente pode até ter suas crenças, mas não deve permitir que isso o limite. No entanto os limites morais da religião podem ter também seus pontos

positivos, quando proíbem, por exemplo, o uso da violência. Em geral, as religiões pregam que o indivíduo deve fazer aquilo que é certo e não o que sente vontade de fazer. Por meio das falas de Cássio e do complemento de frases podemos aferir que o estagiário já esteve mais ligado a religião, mas que hoje está afastado. Seus relatos parecem mostrar que teve uma formação católica e que segundo essa religião ele não é certo diante dos olhos de Deus, porém o estagiário não desenvolveu este assunto e nem deu indícios do motivo pelo qual não é aceito dentro desta religião.

No complemento de frases Cássio trouxe alguns elementos que se relacionam ao destacado na dinâmica conversacional.

A religião pra mim é algo que limita a vida das pessoas.

Na minha vida, a religião já exerceu influência um dia.

Ser religioso pra mim é saber que tem alguém que olha por mim e me aceita como sou.

A religião me coloca como ser humano que desagrada a Deus.

Fé é algo, muitas vezes, difícil de ter, mas necessária.

Na minha visão de mundo Deus é bem maior que qualquer religião “inventada” pelo homem.

Na fala de Cássio percebe-se uma ambivalência de pensamentos, porque ao mesmo tempo em que assume ter fé, ele se acha afastado da religião institucionalizada e tem uma posições contrárias a alguns de seus princípios. Aos olhos de Cássio, ele deveria ser aceito como é, o que não acontece. O estagiário não deixou claro quais de suas condutas não são aceitas dentro da religião na qual foi criado.

Hoje Cássio afirma não se vincular a nenhuma religião, porém aqui temos indicadores de que a religião já foi algo importante em sua vida. Em uma das frases, ele indica que a religião o coloca como um ser humano que desagrada a Deus. Partindo desse ponto, o que as frases nos indicam é que Cássio age de maneiras que estão em desacordo com a religião com a qual foi criado, possivelmente algum conflito com a religião da família tenha contribuído pra desvinculá-lo da vida religiosa. Em uma das frases comenta sobre ser difícil ter fé, mas que é necessário. Sua fé foi abalada e hoje ele pode ter dificuldades em acreditar, ao mesmo tempo em que afirma que a figura de Deus ainda está presente em sua vida e é superior a qualquer religião, estas tendo sido inventadas pelo homem, não são fruto de Deus.

Cássio pode estar dentro do grupo dos “religiosos sem religião”. Segundo Novaes (2001), o número de religiosos sem religião vem crescendo ultimamente. Essas pessoas tem fé, mas não estão inseridas em instituições religiosas.

Débora não trouxe diretamente nas conversações qual seria sua orientação religiosa. No entanto, temos acesso a algumas informações por meio do complemento de frases. Abaixo encontram-se algumas das frases que completou em que evidencia o que a religião significa para ela.

A religião pra mim é um meio para alguns se encontrarem.
Na minha vida, a religião é substituída pela espiritualidade e liberdade.
Vejo a religião como uma necessidade para alguns.
Ser religioso pra mim é seguir algo que você acredita.
A religião pode cegar.
Fé é acreditar em algo mesmo sem ter provas concretas.
As minhas crenças não interferem na minha forma de ver o outro.

Alguns trechos do complemento de frases de Débora indicam de forma implícita seu posicionamento em relação a religião, que para ela não é central. Ela acredita ser a religião um meio das pessoas se encontrarem, mas isso não se aplica a ela. Para alguns a religião é uma necessidade, para ela não. Débora também pode estar relacionada a porcentagem de brasileiros chamada de “religiosos sem religião”, pois tem fé, mas não se liga a instituições religiosas, porém busca em diversos contextos e espaços os elementos para formar sua espiritualidade. A estagiária afirma que as suas crenças não interferem em sua forma de ver as pessoas, fato este que pode ser pouco provável, visto que suas crenças fazem parte de sua constituição como sujeito e por isso podem vir a interferir em suas formas de agir e pensar o mundo.

Percebe-se então que tanto Cássio quanto Débora não tem uma religião definida, podendo ser religiosos sem religião ou pessoas espiritualizadas, tendência que vem crescendo nos últimos censos demográficos. Por isso retomo aqui a diferença entre religiosidade e espiritualidade. Pessanha e Andrade (2009) defendem que a espiritualidade seria então concebida como uma busca pelo significado da vida e o relacionamento com o sagrado/transcendente. O indivíduo espiritualizado tem sua devoção em algo superior, uma verdade absoluta que o guia, mas este não precisa necessariamente ter uma crença religiosa formal, nem participar de uma religião institucionalizada. É o caso de Cássio e Débora, eles não

possuem uma religião definida, mas ao mesmo tempo apresentam uma devoção em algo superior, sagrado, ou seja, ambos se consideram sem religião, mas parecem ter marcada uma formação judaico-cristã. A espiritualidade difere da religiosidade porque esta última para autores como Paiva (2002) e Torres (2008) corresponde a uma vivência da ligação do sujeito com o sagrado/ transcendente, reconhecendo que há alguém ou algo que se percebe como maior do que a si mesmo, porém essa relação se dá através de uma crença e da adesão a práticas dentro de uma instituição religiosa organizada. Há na religiosidade além dos aspectos individuais, aspectos institucionais, diferentemente da espiritualidade, que é um fenômeno apenas individual.

3.2.3 A religião dos pacientes

Alguns aspectos relacionados ao que pensa sobre a religião dos pacientes apareceram na conversação com Cássio.

Cássio: Os clientes que estou atendendo, eles não têm uma visão tão restrita, até porque eles estão aqui. Só o fato de já estar aqui já está me dizendo que eles estão abertos pra outras coisas, pra ouvir outras opiniões, entendeu? Relacionadas a vida deles, então, isso eu não percebo neles. Percebo até mais tolerância, entendeu? Mas isso não muda o fato de ter algumas coisas que me preocupam, tanto no caso do casal que precisa estar em harmonia como da minha outra paciente também, dessa dificuldade sexual dela, entendeu? Porque apesar dela... dela... dela falar que a religião é... é... é uma coisa boa porque traz tranquilidade pra ela, traz equilíbrio, até porque ela tem dificuldade de concentração. Então pra ela isso é muito bom, mas eu também fico, assim, meio que na dúvida até onde essa questão ligada a sexualidade ajuda ela a não lidar com as dificuldades que ela tá tendo, entendeu?

Cássio apresenta a religião como algo que restringe os sujeitos, mas não vê isso em seus pacientes, o que se mostra contraditório. Alega que se eles procuram a terapia já demonstram estar abertos a refletir, ter novas opiniões e investirem em seu crescimento pessoal. Mas ainda assim demonstra preocupação com as crenças que eles trazem e como elas podem interferir em suas vidas. Esse tipo de avaliação por parte de Cássio pode estar relacionado a valores e concepções de sua vida, visto que praticamente tudo pode interferir na vida dos sujeitos, porém algumas coisas podem chamar atenção por não estarem de acordo com o que se vê como

vida boa ou normal. A preocupação de Cássio é que além de trazer tranquilidade e equilíbrio para os seus pacientes, suas crenças também podem servir de pretexto para que eles não lidem com seus problemas. Em sua vida a religião já perdeu o sentido há algum tempo, como evidenciado nas frases do complemento, citadas abaixo, mas Cássio percebe que na vida das pessoas ela ainda se faz muito importante, corresponde ao que elas acreditam e confiam.

A religião do paciente faz parte do que ele acredita que deva confiar.
A religião na vida das pessoas ainda faz muito sentido.

Débora aqui também não trouxe nas conversações o que pensa sobre a religião na vida do paciente. Analisemos então algumas das frases que completou.

A religião do paciente é uma forma dele perceber a si próprio e aquilo que o rodeia.
A religião na vida das pessoas pode ter efeitos positivos ou negativos.
As crenças do paciente podem prejudicá-lo ou ajudá-lo a evoluir.

Débora enxerga na religião uma forma de as pessoas se conhecerem e perceberem o mundo a sua volta, que provavelmente interfere em suas atitudes. Nesse sentido, dependendo da forma como as pessoas pensam aquilo em que elas acreditam, ajudando ou prejudicando as pessoas em sua evolução. Essa fala de Débora indica um juízo de valor de sua parte. Porém, pensando o que ela diz fica difícil imaginar qual é o critério que utiliza para dizer se a religião prejudica mesmo o sujeito ou o ajuda a evoluir. Portanto, podemos entender que ao mesmo tempo que as crenças do paciente podem ajudá-lo em seu processo psicoterápico, elas também podem impedi-lo de seguir na terapia, o que faz pensar se o melhor seria se continuassem no processo, pois as crenças podem impedi-los de procurar soluções alternativas, de ver os problemas, isso segundo a perspectiva dos estagiários.

CONCLUSÃO

Neste trabalho procurei analisar o tema da religiosidade na psicoterapia por meio de um estudo realizado com estagiários de psicologia clínica. Ao fazer isso, eu tinha como objetivo principal analisar qual o impacto que a religiosidade do paciente tinha para a atuação de seu terapeuta, assim a intenção era compreender como se dá a percepção do terapeuta sobre os relatos de pacientes religiosos, observando como ocorre a escuta a esse paciente e procurando entender como se desenvolve o processo psicoterápico quando o paciente apresenta suas questões por meio de uma linguagem religiosa.

Durante minha pesquisa tive contato com dois estagiários do curso de psicologia que estavam atendendo pacientes religiosos na clínica. Com eles realizei dinâmicas conversacionais e pedi que completassem frases.

Os dois sujeitos aqui mencionados são estudantes de psicologia em fim de curso. Ambos relacionaram a presença do acolhimento e da escuta em seus atendimentos e indicaram estar atentos a religiosidade do paciente sem procurar fazer julgamentos ou definir o que seria certo ou errado para aqueles que atendem. No máximo, as suas atuações se dão no sentido de fazer os sujeitos refletirem sobre as questões que trazem, caso estas sejam avaliadas pelos estagiários como causando sofrimento ou limitando suas experiências. Os dois estagiários aqui destacados não possuem uma religião definida, o que pode possibilitar que estejam abertos ou não às diversas questões que possam surgir nos atendimentos, pois o fato de não terem religião pode estar relacionado a uma certa desconfiança em relação as religiões institucionalizadas.

Uma questão aqui que chama atenção é que até hoje a religião não é um assunto muito abordado nos cursos de psicologia. Apesar da realidade cultural brasileira, a temática da religiosidade é abordada apenas de forma breve ao longo do curso e raramente merece atenção também no contexto da experiência de estágio. Não é que deva haver orientações sobre procedimentos padronizados para atuar diante de demandas religiosas na clínica, mas trata-se de um tema delicado, muito significativo na constituição das subjetividades majoritárias brasileiras, que

tem implicações éticas relevantes. O Brasil se constitui como um país com um grande número de psicólogos, psicólogos estes que são formados de tal forma a não considerar a realidade de sua população, a deixar de lado dimensões importantes que constituem as subjetividades dos sujeitos.

No entanto, o conhecimento geral que adquirem ao longo do curso sobre a forma como devem tratar um paciente, acolhendo e ouvindo em seu sofrimento sem julgá-lo é o que os norteia em seus atendimentos, tanto que procuram tratar do assunto religião da forma mais natural possível, como se estivessem tratando de qualquer outro assunto, como se não fosse algo que até hoje ainda permanece um tema tabu dentro das formas hegemônicas de prática profissional da psicologia.

Shafranske e Malony (1990) defendem que se deve considerar a religiosidade do cliente na clínica psicológica, isso porque a religião é um aspecto relevante de nossa cultura e aparece na clínica, além de estar relacionada a aspectos de saúde mental e possibilitar o contato com os valores do sujeito atendido. No entanto, o que emerge da experiência de pesquisa e de minha própria experiência como estudante é que a religião é deixada de lado, pois trata-se de um assunto complexo que muitos acham ser melhor deixar intocado. Pouco é discutido no curso em relação a religiosidade e espiritualidade, e há praticamente ausência de orientação quanto ao atendimento desses pacientes por parte dos profissionais de psicologia.

O que cabe aqui é pensar qual é o lugar da religião na prática clínica. Refletir e abrir caminho para compreender a religiosidade no contexto clínico não no sentido de orientar ou interferir na religiosidade do paciente atendido, mas abrir espaço para que ele traga essas questões, dialogar com ele suas preocupações e aflições, pois é algo que está na constituição desse sujeito, que se relaciona não só ao que acredita, mas ao modo como vive. Este estudo pretendeu abrir novos espaços de reflexão em busca de uma psicologia que abarque todas as dimensões do sujeito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES-MAZZOTT, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. O Método nas Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa Quantitativa e Qualitativa. São Paulo: Thomson, 1998.

ANCONA-LOPEZ, M. Religião e Psicologia Clínica: quatro atitudes básicas, In: MASSIMI, M.; MAFHFOUD, M. (Org.) Diante do Mistério: Psicologia e Senso religioso. São Paulo, Ed. Loyola, 1999.

BAIRRÃO, José Francisco Miguel H. Religião: desafios epistemológicos e condicionantes interdisciplinares para a psicologia. In: FREITAS, Marta Helena de; PAIVA, Geraldo José; MORAES, Célia Carvalho de (Orgs.). Psicologia da Religião no mundo ocidental contemporâneo: desafios da interdisciplinaridade. Taguatinga: Universa, 2013. P. 59-77.

BARBOSA, Luana; BIZERRIL, José. "O enviado": Uma interface entre a psicopatologia e a espiritualidade. Mental, vol. IV, núm. 6, jun. 2006, pp.85-106. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/420/42000608.pdf>>. Acesso em: 06 jun. 2014.

BERTOLUCCI, Eliana. Psicologia do Sagrado - Psicoterapia Transpessoal. São Paulo: Ágora, 1991.

BIZERRIL, José. Loucura, Experiência Religiosa e Silenciamento. Anais do XII Congresso da ARIC, art. 0424, 2009. Disponível em: <<http://aric.edugraf.ufsc.br/congrio/html/anais/anais.html>>. Acesso em: 11 jun. 2014.

BIZERRIL, José; NEUBERN, Maurício. Experiência religiosa e subjetividade no contexto contemporâneo: diálogo entre psicologia e antropologia. In: FREITAS, Marta Helena de e PAIVA, Geraldo José de (Orgs.). Religiosidade e cultura contemporânea: desafios para a psicologia. Brasília: Universa, 2012, p. 231-260.

CAMBUY, K. ; AMATUZZI, M. M.; ANTUNES, T. A. - Psicologia Clínica e Experiência Religiosa. Revista de Estudos da Religião nº 3 / 2006 / pp. 77-93 ISSN 1677-1222. Disponível em: <http://www.pucsp.br/rever/rv3_2006/p_cambuy.pdf>. Acesso em: 16 maio 2013.

CARVALHO, José Jorge. O Encontro de Velhas e Novas Religiões: Esboço de uma Teoria dos Estilos de Espiritualidade in: MOREIRA, Alberto & ZICMAN, Renée (Orgs.) Misticismo e Novas Religiões. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, 2ª edição, p. 67-98.

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CFP. Código de Ética Profissional do Psicólogo. Brasília: CFP, 2005.

DALGALARRONDO, Paulo. Religião, psicopatologia e saúde mental. Porto Alegre: Artmed, 2008.

FREITAS, Marta Helena de. Religiosidade e saúde mental em imigrantes: a percepção de psiquiatras e psicólogos ingleses e brasileiros. In: FREITAS, Marta Helena de; PAIVA, Geraldo José; MORAES, Célia Carvalho de (Orgs.). *Psicologia da Religião no mundo ocidental contemporâneo: desafios da interdisciplinaridade*. Taguatinga: Universa, 2013. P. 257-274.

FREUD, Sigmund. Uma breve descrição da Psicanálise. In: *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira*. Rio de Janeiro: Imago, vol. XIX, 1996 p. 215-234.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Ltc, 2008. (Publicação original em 1989)

GOBBI, Sérgio L.; MISSEL, Sinara T. *Vocabulário e noções básicas da abordagem centrada na pessoa*. São Paulo: Vetor, 2002.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luís. *Epistemologia Qualitativa e Subjetividade*. São Paulo: EDUC, 1997.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luís. *Pesquisa Qualitativa em psicologia: Caminhos e desafios*. São Paulo: Pioneira Thomson, 2005.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luís. *Pesquisa Qualitativa e Subjetividade: Os processos de construção da informação*. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luís. *Psicoterapia, subjetividade e pós-modernidade. Uma aproximação histórico-cultural*. São Paulo: Thomson, 2007.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luís. *Sujeito e Subjetividade*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

IBGE: Censo Demográfico 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_religiao_deficiencia/caracteristicas_religiao_deficiencia_tab_pdf.shtm>. Acesso em: 12 mar. 2013.

JAMES, W. *As Variedades da Experiência Religiosa*. São Paulo: Cultrix, 1995. (Publicação original em 1902)

JUNG, Carl Gustav. *Psicologia e Religião*. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

MARQUES, Luciana Fernandes. Desafios da integração da espiritualidade no ensino superior. In: FREITAS, Marta Helena de; PAIVA, Geraldo José; MORAES, Célia Carvalho de (Orgs.). *Psicologia da Religião no mundo ocidental contemporâneo: desafios da interdisciplinaridade*. Taguatinga: Universa, 2013. P. 219-240.

MARTÍNEZ, Albertina Mitjáns. A teoria da subjetividade de González Rey: uma expressão do paradigma da complexidade na psicologia. In: GONZÁLEZ REY,

Fernando (Org.). Subjetividade, complexidade e pesquisa em psicologia. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005. P. 01-25.

MOREIRA, M. B. & MEDEIROS, C. A. Princípios básicos de análise do comportamento. Porto Alegre: Artmed, 2007.

MORIN, Edgar; LE MOIGNE, Jean-Louis. A Inteligência da Complexidade. São Paulo: Petrópolis, 2000.

NEUBERN, Maurício da Silva. O que significa acolher a espiritualidade do outro? Considerações de uma clínica ethnopsy. In: FREITAS, Marta Helena de; PAIVA, Geraldo José; MORAES, Célia Carvalho de (Orgs.). Psicologia da Religião no mundo ocidental contemporâneo: desafios da interdisciplinaridade. Taguatinga: Universa, 2013. P. 145-183.

NEUBERN, Maurício da Silva. Psicoterapia e Espiritualidade. Belo Horizonte: Diamante, 2013.

NOVAES, Regina Reyes. Pentecostalismo, política, mídia e favela. In: MACHADO, Maria das Dores Campos; BARROS, José Flávio Pessoa; VALLA, Victor Vincent (org.). Religião e cultura popular. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. P. 41-73.

PAIVA, Geraldo José de. Ciência, religião, psicologia: conhecimento e comportamento. Psicologia, Reflexão e Crítica. Porto Alegre, v. 15, n. 3, 2002 .
PALMER, Michael. Freud e Jung: Sobre a Religião. São Paulo: Loyola, 2001.

PESSANHA, P. P.; ANDRADE, E. R. Religiosidade e prática clínica: um olhar fenomenológico-existencial. Revistas eletrônica Perspectiva Online, volume 3, número 10, 2009. Disponível em: <[http://www.perspectivasonline.com.br/revista/2009vol3n10/volume%203\(10\)%20artigo7.pdf](http://www.perspectivasonline.com.br/revista/2009vol3n10/volume%203(10)%20artigo7.pdf)>. Acesso em: 16 mar. 2013.

RABELO, Míriam Cristina Marcilio; MOTTA, Sueli. Ribeiro; NUNES, Juliana Rocha. Comparando Experiências de Aflição e Tratamento no Candomblé, Pentecostalismo e Espiritismo. Em: Religião e Sociedade. Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 93-121, jun. 2002.

ROSE, N. Inventando nossos selfs. RJ: Vozes, 2011.

SCHUTZ, Alfred. Transcendências e Realidades Múltiplas. In: Wagner, H. (org.) Fenomenologia das Relações Sociais. Textos escolhidos de A. Schutz. (p. 241-258). Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SHAFRANSKE, E. P., e MALONY, H. N. Clinical psychologists' religious and spiritual orientations and their practice of psychotherapy. Psychotherapy , 1990.

SKINNER, B. F. Contingências de reforço: uma análise teórica. Coleção Os Pensadores, volume 51, 1975.

STEIL, Carlos Alberto. Pluralismo, Modernidade e Tradição: Transformações do Campo Religioso. Ciências Sociais e Religião, Porto Alegre, 2001.

TORRES, A.R.R. Religião: a ontologia pessoal. In: ANGERAMI-CAMON, Valdemar Augusto (Org). Psicologia e Religião. SP: Pioneira Thomson Learning, 2008.

VERGOTE, A. A Psicologia Religiosa. Madrid: Taurus, 1975.

WILBER, Ken. A união da alma e dos sentidos: Integrando ciência e religião. São Paulo: Cultrix, 2006.

ANEXOS

Anexo 1

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
“Religiosidade e Psicoterapia: Um estudo sobre estagiários de
psicologia clínica”

Centro Universitário de Brasília - UniCEUB

Pesquisadora responsável: Bárbara Cristina da Silva Lôbo

Professor-orientador/Pesquisador responsável: Prof. Dr. José Bizerril

Neste documento você encontrará informações sobre o estudo que está sendo convidado a participar.

- Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida participar, você será solicitado a assiná-lo e receberá uma cópia do mesmo.
- Antes de assinar faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. A pesquisadora associada ao estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo).

Natureza e objetivos do estudo

- O objetivo deste estudo é compreender como se configura a atuação do terapeuta a pacientes que tragam questões relacionadas a religião. Você está sendo convidado a participar, pois preenche os requisitos necessários para o mesmo.

Procedimentos do estudo

- Sua participação consiste em relatar como se dá sua prática profissional em contexto clínico com pacientes religiosos que tragam questões relacionadas a religião.

- O procedimento consiste em descrever como se dá sua atuação com o paciente.
- Dinâmica conversacional e técnica de complemento de frases serão utilizadas.
- Como recurso adicional também poderão ser observadas sessões com o paciente, assim como utilização de gravações e exame de relatórios das sessões.
- Não haverá nenhuma outra forma de envolvimento ou comprometimento neste estudo.

Riscos e benefícios

- O estudo se qualifica como de risco mínimo aos participantes, visto que não é de caráter invasivo.
- Suas informações serão mantidas em sigilo e terão seu anonimato preservado.
- Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento você não precisa realizá-lo.
- Em caso de algum dano ou constrangimento às participantes a pesquisadora se responsabilizará em resolvê-los.

Participação, recusa e direito de se retirar do estudo

- Sua participação é voluntária. Você não terá nenhum prejuízo se não quiser participar.
- Sua participação poderá ajudar no maior conhecimento sobre o trabalho do psicólogo frente aos relatos de experiências religiosas.
- Você poderá se retirar desta pesquisa a qualquer momento, bastando para isso entrar em contato com um dos pesquisadores responsáveis.
- Conforme previsto pelas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos você não receberá nenhum tipo de compensação financeira pela sua participação neste estudo.

Confidencialidade

- Seus dados serão manuseados somente pela pesquisadora e não será permitido o acesso a outras pessoas.
- O material com as suas informações ficará guardado sob a responsabilidade da pesquisadora com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade.
- Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas, entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição a qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade.

Eu, _____ RG _____, após receber uma explicação completa dos objetivos do estudo e dos procedimentos envolvidos, concordo voluntariamente em fazer parte deste estudo.

Brasília, _____ de _____ de _____

Participante

José Bizerril Neto (questoes.antropolgicas@gmail.com)

Pesquisador responsável, telefone institucional: 61-39661474

Bárbara Cristina da Silva Lôbo (barbara.cristina.lobo@gmail.com)

Pesquisadora auxiliar, celular: 61-85579702

Projeto aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Brasília – CEP/UniCEUB, telefone 39661511, e-mail comite.bioetica@uniceub.br

Anexo 2**Complemento de Frases**

1. Eu...
2. Meu sonho é...
3. Minha vida é...
4. Minha família...
5. Meus problemas...
6. Lamento...
7. Sofro...
8. Me arrependo de...
9. Como psicoterapeuta, eu...
10. Minha carreira...
11. Meu futuro...
12. Gostaria...
13. Não posso...
14. Minha maior preocupação...
15. Meu maior medo...
16. Meu maior problema...
17. Psicologia clínica é...
18. Meus pacientes são...

19. Meus atendimentos...
20. Meus/ Minhas pacientes se queixam de...
21. O sofrimento do paciente...
22. As sessões são...
23. Entendo que...
24. A religião pra mim é...
25. Na minha vida, a religião...
26. A religião do paciente...
27. Vejo a religião como...
28. Na minha atuação...
29. O processo psicoterápico...
30. A religião na vida das pessoas...
31. Ser religioso pra mim é...
32. A religião...
33. Fé...
34. As minhas crenças...
35. As crenças do paciente...
36. Na minha visão de mundo...